

DIÁRIO

da Assembleia da República

VII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1995-1996)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 21 DE JUNHO DE 1996

Presidente: Ex.^{mo} Sr. João António Gonçalves do Amaral

Secretários: Ex.^{mas} Srs. Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
João Cerveira Corregedor da Fonseca
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 20 minutos.

Deu-se conta da apresentação das propostas de lei n.^a 49 e 50/VII e dos projectos de lei n.^a 177 e 178/VII.

Em sessão de perguntas ao Governo, o Sr. Secretário de Estado da Defesa Nacional (Pereira Gomes) respondeu à pergunta formulada pela Sr.^a Deputada Isabel Castro (Os Verdes), sobre quais as intenções do Governo relativamente ao futuro da carreira de tiro militar de Vale de Estacas, em Santarém.

À pergunta sobre o desenvolvimento das comunicações ferroviárias, designadamente a recuperação e renovação da linha do Oeste, feita pelo Sr. Deputado Henrique Neto (PS), com pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Nuno Abecasis (CDS-PP) e Roleira Marinho (PSD), respondeu o Sr. Secretário de Estado dos Transportes (Guilhermino Rodrigues).

Relativamente à pergunta que o Sr. Deputado Manuel Moreira (PSD) fez sobre o metro ligeiro de superfície do Porto e nova ponte rodoviária sobre o rio Douro, a que se juntou adicionalmente o Sr. Deputado José Saraiva (PS) — que deu ainda explicações ao Sr. Deputado Manuel Moreira —, respondeu também o Sr. Secretário de Estado dos Transportes.

A Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite (PSD) formulou uma pergunta sobre a prorrogação do contrato da empresa TERTIR para a exploração de terminais rodoviários, à qual respondeu o

Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (António Carlos dos Santos), assim como ao pedido de esclarecimento adicional do Sr. Deputado António Galvão Lucas (CDS-PP).

O Secretário de Estado da Saúde (Arcos dos Reis) respondeu à pergunta que o Sr. Deputado Aires de Carvalho (PS) formulou sobre a reformulação da lei de gestão hospitalar e como e quando pensa o Governo resolver esta questão, assim como aos pedidos de esclarecimento que os Srs. Deputados Bernardino Soares (PCP), Paulo Mendo (PSD) — que deu explicações ao Sr. Deputado João Rui de Almeida (PS) — e Maria José Nogueira Pinto (CDS-PP) fizeram.

O Sr. Secretário de Estado da Saúde respondeu ainda a uma pergunta formulada pelo Sr. Deputado Rodeia Machado (PCP), sobre dívidas das administrações regionais de saúde aos bombeiros, e aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Agostinho Moleiro (PS), Maria José Nogueira Pinto (CDS-PP), Fernando Pedro Moutinho (PSD) e António Martinho (PS).

Finalmente, à pergunta sobre qual o montante efectivamente previsto de apoio da Comissão Europeia à realização da EXPO 98, se existem garantias da sua efectivação e quais as eventuais consequências práticas da sua não concessão, feita pela Sr.^a Deputada Manuela Mora Guedes (CDS-PP), com pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Jorge Rato (PS) e Pedro Moutinho e Carlos Encarnação (PSD), deu resposta o Sr. Ministro da Presidência (António Vitorino).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 40 minutos.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 20 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros.
Adérito Joaquim Ferro Pires.
Agostinho Marques Moleiro.
Aires Manuel Jacinto de Carvalho.
Alberto de Sousa Martins.
Albino Gonçalves da Costa.
António Alves Marques Júnior.
António Alves Martinho.
António Bento da Silva Galamba.
António Fernandes da Silva Braga.
António Fernando Marques Ribeiro Reis.
António Jorge Mammerickx da Trindade.
António José Gavino Paixão.
António José Guimarães Fernandes Dias.
Arnaldo Augusto Homem Rebelo.
Artur Clemente Gomes de Sousa Lopes.
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho.
Carlos Alberto Cardoso Rodrigues Beja.
Carlos Alberto Dias dos Santos.
Carlos Justino Luís Cordeiro.
Carlos Manuel Amândio.
Cláudio Ramos Monteiro.
Domingos Fernandes Cordeiro.
Eduardo Ribeiro Pereira.
Elisa Maria Ramos Damião.
Eurico José Palheiros de Carvalho Figueiredo.
Fernando Alberto Pereira de Sousa.
Fernando Alberto Pereira Marques.
Fernando Antão de Oliveira Ramos.
Fernando Garcia dos Santos.
Fernando Manuel de Jesus.
Fernando Pereira Serrasqueiro.
Francisco José Pereira de Assis Miranda.
Francisco José Pinto Camilo.
Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho.
Henrique José de Sousa Neto.
João Carlos da Costa Ferreira da Silva.
João Rui Gaspar de Almeida.
João Soares Palmeiro Novo.
Joaquim Moreira Raposo.
Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida.
Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira.
Joel Maria da Silva Ferro.
Jorge Manuel Damas Martins Rato.
Jorge Manuel Fernandes Valente.
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro.
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro.
José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão.
José Alberto Cardoso Marques.
José António Ribeiro Mendes.
José Carlos Correia Mota de Andrade.
José Carlos da Cruz Lavrador.
José Carlos Lourenço
Tavares Pereira.
José da Conceição Saraiva.
José de Matos Leitão.
José Ernesto Figueira dos Reis.
José Fernando Rabaça Barradas e Silva.

José Manuel de Medeiros Ferreira.

José Manuel Niza Antunes Mendes.

José Manuel Rosa do Egípto.

José Manuel Santos de Magalhães.

José Pinto Simões.

Jovita de Fátima Romano Ladeira Matias.

Júlio Manuel de Castro Lopes Faria.

Laurentino José Monteiro Castro Dias.

Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal.

Luís Filipe Nascimento Madeira.

Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro.

Manuel Alberto Barbosa de Oliveira.

Manuel Alegre de Melo Duarte.

Manuel António dos Santos.

Manuel Francisco dos Santos Valente.

Manuel Jorge Pedrosa Forte de Goes.

Manuel Martinho Pinheiro dos Santos Gonçalves.

Manuel Porfírio Vargas.

Maria Amélia Macedo Antunes.

Maria Celeste Lopes da Silva Correia.

Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha.

Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira.

Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa.

Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.

Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino.

Maria Jesuína Carrilho Bernardo.

Mário Manuel Videira Lopes.

Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque.

Nelson Madeira Baltazar.

Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes.

Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro.

Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte.

Paulo Jorge dos Santos Neves.

Pedro Luís da Rocha Baptista.

Raimundo Pedro Narciso.

Raúl d' Assunção Pimenta Rego.

Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz.

Rui do Nascimento Rabaça Vieira.

Rui Manuel dos Santos Namorado.

Rui Manuel Palácio Carreteiro.

Sérgio Carlos Branco Barros e Silva.

Sérgio Humberto Rocha de Avila.

Victor Brito de Moura.

Vital Martins Moreira.

Partido Social Democrata (PSD):

Adalberto Paulo da Fonseca Mendo.

Adriano de Lima Gouveia Azevedo.

Amândio Santa Cruz Domingues Basto Oliveira.

Antônio da Silva Antunes.

Antônio Costa Rodrigues.

Antônio Fernando da Cruz Oliveira.

Antônio Germano Fernandes de Sá e Abreu.

Antônio Joaquim Correia Vairinhos.

Antônio Moreira Barbosa de Melo.

Antônio Roleira Marinho.

Antônio Soares Gomes.

Arménio dos Santos.

Artur Ryder Torres Pereira.

Bernardino Manuel de Vasconcelos.

Carlos Alberto Pinto.

Carlos Manuel de Sousa Encarnação.

Carlos Manuel Marta Gonçalves.

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco.

Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares.
 Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho.
 Fernando Santos Pereira.
 Filomena Maria Beirão Mortágua Salgado Freitas Bordalo.
 Francisco Antunes da Silva.
 Francisco José Fernandes Martins.
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres.
 Gilberto Parca Madail.
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva.
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves.
 Hugo José Teixeira Velosa.
 João Álvaro Poças Santos.
 João Bosco Soares Mota Amaral.
 João Calvão da Silva.
 João Carlos Barreiras Duarte.
 João do Lago de Vasconcelos Mota.
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá.
 Joaquim Manuel Cabrita Neto.
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral.
 José Augusto Gama.
 José Augusto Santos da Silva Marques.
 José Bernardo Veloso Falcão e Cunha.
 José Guilherme Reis Leite.
 José Júlio Carvalho Ribeiro.
 José Macário Custódio Correia.
 José Manuel Costa Pereira.
 José Manuel Durão Barroso.
 José Manuel Nunes Liberato.
 José Mário de Lemos Damião.
 Lucília Maria Samoreno Ferra.
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes.
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes.
 Manuel Acácio Martins Roque.
 Manuel Alves de Oliveira.
 Manuel Castro de Almeida.
 Manuel Filipe Correia de Jesus.
 Manuel Maria Moreira.
 Maria do Céu Baptista Ramos.
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo.
 Maria Luísa Lourenço Ferreira.
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira.
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite.
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia.
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque.
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva.
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas.
 Pedro Augusto Cunha Pinto.
 Pedro Manuel Cruz Roseta.
 Pedro Manuel Mamede Passos Coelho.
 Rolando Lima Lalanda Gonçalves.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

António Afonso de Pinto Galvão Lucas.
 António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier.
 Ismael António dos Santos Gomes Pimentel.
 Manuel Fernando da Silva Monteiro.
 Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho.
 Maria José Pinto da Cunha Avilez Nogueira Pinto.
 Maria Manuela Guedes Outeiro Pereira Moniz.
 Nuno Jorge Lopes Correia da Silva.
 Nuno Kruz Abecasis.
 Paulo Sacadura Cabral Portas.

Rui Miguel Gama Vasconcelos Pedrosa de Moura.
 Sílvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan.

Partido Comunista Português (PCP):

António João Rodeia Machado.
 Bernardino José Torrão Soares.
 João António Gonçalves do Amaral.
 João Cerveira Corregedor da Fonseca.
 Lino António Marques de Carvalho.
 Luís Manuel da Silva Viana de Sá.
 Maria Luísa Raimundo Mesquita.
 Maria Odete dos Santos.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia.
 Isabel Maria de Almeida e Castro.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Srs. Deputados, a Sr.ª Secretária vai dar conta dos diplomas que deram entrada na Mesa.

A Sr.ª Secretária (Rosa Albernaz): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas, as seguintes iniciativas legislativas: propostas de lei n.º 49/VII — Cria o Tribunal Central Administrativo (Altera o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais e a Lei de Processo nos Tribunais Administrativos), que baixou à 1.ª Comissão e 50/VII — Proposta de alterações ao Estatuto de Macau (ALM), que baixou à 1.ª Comissão; projectos de lei n.º 177/VII — Interrupção voluntária da gravidez (PCP), que baixou às 1.ª e 7.ª Comissões e 178/VII — Criação da freguesia de Cabanas de Tavira no concelho de Tavira (PSD), que baixou à 4.ª Comissão.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Srs. Deputados, vamos dar início às perguntas ao Governo agendadas para a sessão de hoje.

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Castro, para formular a primeira pergunta sobre quais as intenções do Governo relativamente ao futuro da carreira de tiro militar de Vale de Estacas, Santarém, a qual é dirigida ao Ministério da Defesa Nacional e será respondida através do Sr. Secretário de Estado da Defesa Nacional.

A Sr.ª Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado: A questão que o Grupo Parlamentar de Os Verdes hoje traz a Plenário remete-nos para uma carreira de tiro que, em Julho de 1992, começou a ser construída em terrenos afectos à Escola Prática de Cavalaria, no perímetro urbano da cidade de Santarém.

Digo que a carreira de tiro começou a ser construída porque, efectivamente, a destruição da colina situada naquela zona é que veio a despertar a atenção das populações, já que, do ponto de vista procedural, o anterior governo não cuidou de notificar a autarquia local desta decisão, neste caso, a Junta de Freguesia de Salvador e, aparentemente, nem a própria Câmara Municipal de Santarém teria um conhecimento exacto acerca da localização prevista para a construção da carreira de tiro.

Na altura, esta construção foi extremamente polémica, não tanto pelo procedimento adoptado mas pela óbvia aberração da localização de uma construção daquela natureza, quer do ponto de vista do meio ambiente, quer do da destruição da colina que é característica de uma cidade que, aliás, reivindica a condição de património classifica-

do. Para além disto, devido à proximidade de uma escola secundária — a cerca de 1000 m —, junto a uma zona habitacional, a poucos metros de um infantário e, actualmente, bem mais próxima da malha urbana que, entretanto, se densificou, a construção desta carreira de tiro é uma questão que põe em causa não só o meio ambiente como a própria segurança das pessoas e o seu direito ao repouso, claramente postos em causa.

Aparentemente, este projecto terá sido abandonado na medida em que, após terem sido feitas as terraplanagens e aberta a consequente cratera, houve uma paragem das obras. Ora, são contrários a este projecto, quer a junta de freguesia local, que, aliás, juntamente com Os Verdes, sempre protestou pela construção daquela carreira de tiro, quer mais tarde o próprio município de Santarém.

Por outro lado, reconhecemos que este Governo tem uma nova filosofia no sentido de recolocar infra-estruturas militares e enquadrá-las de forma diferente na malha urbana, não só por questões ambientais e de segurança mas como forma de favorecer o ordenamento do território e de racionalizar custos.

Assim, tendo conhecimento que aquele projecto terá sido abandonado, o que pretendemos é a confirmação desse abandono.

Para além disto, gostaríamos de saber o que vai fazer o Governo para repor a situação anterior, pois parece-nos que não basta abandonar um projecto e deixar o terreno na actual situação caótica. Há que recuperar a zona do ponto de vista ambiental e é disso que se trata.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Defesa Nacional.

O Sr. Secretário de Estado da Defesa Nacional (Pereira Gomes): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Isabel Castro, começo por dizer-lhe que, de facto, posso confirmar que, neste momento, o projecto de ampliação da carreira de tiro militar de Vale de Estacas está cancelado, não havendo qualquer intenção de ampliar ou sequer de reconstruir a carreira de tiro naquele local.

Posto isto, gostaria de enquadrar este problema, a situação actual e o que pensamos vir a acontecer no futuro.

Em Santarém, havia duas carreiras de tiro, a de Vale de Estacas, que estamos a discutir, que é uma carreira de tiro de pequena dimensão, situada no perímetro da Escola Prática de Cavalaria, e a de Corteses, com cerca de 150 m, portanto, de maiores dimensões.

Em 1991, a Câmara Municipal de Santarém precisou de fazer atravessar a carreira de tiro de Corteses por uma estrada. Na altura, considerou-se que seria melhor que a câmara municipal recebesse todo o terreno desta carreira de tiro e que a alternativa fosse a da construção de uma nova carreira, o que foi acordado com a câmara, tendo ficado decidido que a nova carreira de tiro seria construída em Atalaia, a cerca de 10 km de Santarém. No entanto, verificou-se posteriormente que a zona de Atalaia não era a localização mais adequada para a carreira de tiro, uma vez que fica situada junto à estrada nacional e é um terreno plano, pelo que, em vez da construção de uma nova carreira de tiro, foi decidido ampliar a que existia na Escola Prática de Cavalaria, isto é, ampliar a pequena carreira de tiro de Vale de Estacas.

Quando começou a proceder-se aos desaterros necessários àquela ampliação surgiram algumas objecções de natureza ambiental ao projecto, o qual foi suspenso em finais de 1992. O projecto tem estado parado e, neste

momento, as autoridades militares já tomaram a decisão de que não é necessário proceder à ampliação e que o tem de fazer-se — e já começou a ser feito — é normalizar a situação daquele terreno. Este ano já foram efectuadas drenagens das águas pluviais que se acumularam na zona e o Exército tem um plano de reflorestação da área, dispondo já, de resto, de verbas cativas no seu orçamento, pelo que se espera que a reflorestação se inicie ainda este ano.

De momento, é tudo o que tenho a dizer em resposta à questão que foi colocada pela Sr.^a Deputada Isabel Castro.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para fazer uma pergunta suplementar, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro, para o que dispõe de dois minutos.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, tranquiliza-nos ter a confirmação de que o projecto foi efectivamente abandonado e, mais ainda, que o Exército vai repor a situação anterior, ou seja, vai proceder à drenagem das águas e à reflorestação da zona.

A propósito, aproveito para colocar-lhe mais uma questão.

Tendo sido na altura alegado pelo município de Santarém desconhecer tal projecto pelo facto de o Estado, de acordo com a legislação em vigor, poder fazer obras sem ter de sujeitá-las a licença camarária, gostaria de saber se o Governo pensa modificar essa legislação que interfere claramente na vida dos municípios.

Em segundo lugar, nos termos do previsto pelo Decreto-Lei n.º 109/95, quanto à alienação de património do Ministério da Defesa Nacional, parece-nos que esta deve constituir uma oportunidade de devolver espaços aos municípios com vista a permitir a localização de equipamentos com reais benefícios para a comunidade, designadamente, equipamentos sociais de que os municípios são tão carenciados por não terem muitos solos disponíveis.

Assim, gostaria de saber em que medida é que o Governo está a equacionar essa questão com municípios ou outras entidades e se há projectos significativos de cedência de equipamentos desta natureza, independentemente da transferência ou não de propriedade.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Defesa Nacional.

O Sr. Secretário de Estado da Defesa Nacional: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, no que diz respeito à questão da utilização do que tem sido designado por «património excedentário» das Forças Armadas, neste momento, não está em curso qualquer negociação com a Câmara Municipal de Santarém, concretamente em relação ao património afecto ao Ministério da Defesa Nacional que, eventualmente, venha a ser considerado excedentário naquela região.

No entanto, em termos de filosofia geral, tem sido política do Ministério, seguida desde há anos e que mantemos, privilegiar em primeiro lugar os interesses e as necessidades das autarquias locais e outras colectividades de interesse público na reafectação do património imobiliário militar que se torne excedentário. De resto, estão em curso negociações com diversos municípios ao longo do País, mas, no que toca concretamente à Câmara Municipal de Santarém e salvo desconhecimento da minha parte que presumo não existir, posso afirmar que não há qualquer

negociação, embora, repito, decorram negociações desse tipo com outros municípios com vista à afectação do património excedentário.

Quanto à revisão do quadro legislativo em que se inserem as obras feitas pelo Estado, neste caso concreto, em prédios militares e, no âmbito mais geral, quanto à necessidade ou não das respectivas autorizações camarárias, não estou habilitado a responder se vai ou não proceder-se a alterações à legislação em vigor. O quadro legislativo é conhecido, a Sr.^a Deputada citou-o, e posso dizer que o Ministério da Defesa Nacional está a estudar a questão no seu todo, nomeadamente na vertente das servidões militares, enquadradas por legislação antiga que precisa de ser revista e adequada ao momento presente.

Portanto, neste momento, nada mais posso adiantar em concreto.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Como não há mais inscrições, vamos passar à segunda pergunta, dirigida ao Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, sobre o desenvolvimento das comunicações ferroviárias, designadamente a recuperação e renovação da Linha do Oeste. Esta pergunta era para ser formulada pelo Sr. Deputado Osvaldo Castro, mas sô-lo-á pelo Sr. Deputado Henrique Neto e vai ser respondida pelo Sr. Secretário de Estado dos Transportes.

Tem a palavra para o efeito, Sr. Deputado.

O Sr. Henrique Neto (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a e Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado: Os Deputados do PS, eleitos pelo distrito de Leiria, pretendem, através desta pergunta ao Governo, defender o sistema ferroviário como uma forma moderna de transporte de pessoas e mercadorias e reivindicam, concretamente, a modernização da linha do Oeste, nomeadamente a sua electrificação e a construção da via dupla.

As gentes do distrito de Leiria, na sua sabedoria simples, não compreendem e sentem-se revoltadas com o desamparo e o abandono a que a linha do Oeste foi votada. É que consideram que o comboio é a forma de transporte que melhor corresponde às suas necessidades, por razões de preço, de comodidade, de defesa do ambiente e, finalmente, porque coabitam diariamente com as notícias dos mortos e estropiados resultantes de acidentes nas estradas do distrito.

Neste século, o distrito de Leiria cresceu e desenvolveu-se ao longo da via férrea que foi o eixo essencial do seu progresso e que atravessa o centro de quase todos os concelhos do distrito. É esta autêntica rede vital para o distrito de Leiria que se deixou morrer aos poucos até ao colapso actual: carruagens em que chove, horários «surrealistas» e não cumpridos, estações degradadas e ao abandono e um tempo de chegada variável, isto é, em que acontece tudo o que pode acontecer.

Como transporte de mercadorias, a linha do Oeste limita-se a transportar cimento e já vai longe o tempo em que era o meio de transporte preferido para toneladas de vidro, de madeira e de combustíveis. Entretanto, apenas na Marinha Grande de hoje, três empresas vidreiras produzem 1300 toneladas de garrafas por dia, ou seja, entre 3 e 4 milhões de garrafas, o que significa dezenas de camiões diários a congestionar as estradas do País e da Europa.

Recentemente, o distrito de Leiria foi atravessado pela auto-estrada, que é, supostamente, a nova via fundamental do distrito. Só que a A1 não tem ligação moderna a

nenhuma sede de concelho, a nenhuma zona industrial, a nenhum porto de mar, a nada com interesse económico que exista no distrito. A auto-estrada A1 foi criada para ligar Lisboa ao Porto, ponto final!

Esta «arrogância» da nova auto-estrada é um contraponto chocante à humanidade decadente representada pela velha linha do Oeste, mas é principalmente a arrogância de uma política de obras públicas desintegrada de qualquer estratégia de desenvolvimento, obras que representam apenas custos, sem contribuir significativamente para a criação de riqueza da competitividade da nossa economia.

Por outro lado, representa o modelo típico dos países subdesenvolvidos, porque em vez de se fazer a manutenção e a modernização dos equipamentos existentes, deixam-se ao abandono e fazem-se novos. Por esta e por outras é que somos pobres!

Por nós, o caminho de ferro será o grande meio de transporte do século XXI, e para que tal aconteça nem sequer é necessário pensarmos nos novos supercondutores ou em comboios que circulam a 600 ou 800 km/hora. Basta ver o que acontece na Europa. O que é moderno é poder chegar a Lisboa numa hora, com todo o conforto e segurança, a ler o jornal ou a tomar o pequeno almoço, em vez de se gastar a mesma hora nos engarrafamentos das zonas urbanas das duas cidades.

Modernidade é ainda antecipar a linha do Oeste como uma extensão do sistema de transportes da grande Lisboa do futuro, quando for uma rotina ir à praia a S. Martinho, à Nazaré, ou almoçar em Óbidos, a partir de qualquer ponto da Área Metropolitana de Lisboa, em apenas 45 minutos; modernidade é a criação de uma rede de transportes que sirva os cidadãos com conforto, bem como as empresas e a economia, em que o objectivo essencial seja promover a qualidade de vida das pessoas e a competitividade das empresas portuguesas no mundo.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Orador: — Termino, Sr. Presidente, com uma pergunta simples: o que pensa o Governo fazer relativamente à linha do Oeste?

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Transportes.

O Sr. Secretário de Estado dos Transportes (Guilhermino Rodrigues): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Henrique Neto, antes de responder à questão que me colocou, gostaria de enquadrar a intervenção que o Governo pensa fazer na linha do Oeste com alguma reflexão, ou seja, enquadrar a estratégia que vamos seguir com o que se tem passado nos últimos anos.

Com efeito, ao longo dos últimos anos, tem havido uma quebra substancial do tráfego de passageiros na linha do Oeste, quebra essa que, nos últimos cinco anos, atinge os 12 %. Esta situação deve-se, certamente, ao aumento da competitividade da rodovia em relação ao caminho de ferro.

Por outro lado, relativamente ao tráfego de mercadorias na linha do Oeste, af sim, verifica-se um aumento substancial, situado na ordem dos 40 %.

Ainda no que diz respeito aos passageiros, ao longo de toda a linha, há uma distribuição muito desequilibrada da procura, ou seja, existem tráfegos com alguma intensida-

de entre Lisboa e Torres Vedras e tráfegos relativamente diminutos entre Torres Vedras e Figueira da Foz. Pelo contrário, ao nível das mercadorias, os tráfegos crescem, fundamentalmente, entre Torres Vedras e a Figueira da Foz.

Existem, portanto, duas estratégias de intervenção para a linha do Oeste: por um lado, nos troços entre Lisboa e Torres Vedras, será feita uma melhoria substancial ao nível do tráfego de passageiros, através da duplicação e electrificação da via, prevendo-se um investimento de 10 milhões de contos até ao ano 2000; por outro lado, nos troços entre Torres Vedras e Figueira da Foz, os investimentos serão destinados, muito mais, a potenciar esta linha como transporte de mercadorias, ou seja, entende-se que todo o desenvolvimento desta região pode ter como suporte o caminho de ferro e uma boa acessibilidade a este.

Assim, está em estudo a sua ligação ao porto da Figueira da Foz e, ao mesmo tempo, vai tentar-se melhorar a sua inserção na Rede Ferroviária Nacional principal, isto é, a linha do Norte. Neste troço, estão em causa investimentos no valor de 2,7 milhões de contos, precisamente por causa do crescimento que se tem verificado, nos últimos anos, ao nível do tráfego de mercadorias, designadamente nas áreas do papel e das madeiras, bem como dos cimentos e dos cereais.

No fundo, os investimentos serão canalizados, fundamentalmente, para criar uma maior acessibilidade à Rede Ferroviária Nacional e à zona portuária.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, para além do Sr. Deputado Henrique Neto, inscreveram-se os Srs. Deputados Nuno Abecasis e Roleira Marinho.

Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Neto, por dois minutos.

O Sr. Henrique Neto (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Transportes, devo confessar que o que me diz não é muito animador. A minha avó, que era uma senhora relativamente sábia, costumava dizer que só fica feito aquilo que se faz! Sei que é uma evidência, mas por vezes esquecemo-nos disso.

O Sr. Secretário de Estado falou de algumas dificuldades, dificuldades essas que são conhecidas e que resultam do facto de não ter existido nenhum estudo sério sobre o que pode representar uma linha férrea moderna naquela região. A linha do Oeste é essencial para as pessoas do distrito de Leiria, mas é evidente que, em presença da degradação da via, as pessoas não a utilizam — faço o caminho entre a Marinha Grande e Lisboa três a quatro vezes por semana e, se existisse um caminho de ferro razoavelmente moderno, a última coisa que me passaria pela cabeça era vir de automóvel! É evidente que, como eu, há dezenas ou centenas de milhares de pessoas que também o fariam, pessoas essas que, sendo normalmente oriundas das classes médias ou médias-altas, são as que melhor podem pagar estes serviços.

Portanto, do meu ponto de vista, a situação actual não serve de exemplo para coisa nenhuma. Penso que deve ser feito um estudo sério sobre esta questão que nos permita saber, para começar, quais as pessoas, as classes sociais que se deslocariam a Lisboa, à Figueira da Foz, às Caldas da Rainha ou a Torres Vedras, utilizando a via férrea, e quais as empresas com grandes movimentos de cargas que poderiam usar o caminho de ferro para o efeito. Posso dizer que, por exemplo, na garrafaria de que já falei existe

o desejo de poder fazer o transporte das garrafas por caminho de ferro, porque seria um meio mais eficaz, mais barato, que não congestionaria as estradas e envolveria uma gestão e uma logística mais simples.

A questão do desequilíbrio da procura é evidente, Sr. Secretário de Estado, porque as pessoas das classes médias, que possuem automóvel ou podem recorrer a outras alternativas, não utilizam a linha do Oeste, que é pré-histórica! Só as pessoas que não tem qualquer alternativa — e são muito poucas — é que o fazem.

Creio que não podemos encarar este problema da linha férrea como uma lógica do passado, antes temos de perguntar qual vai ser a forma de transporte privilegiada do futuro e em que medida uma linha férrea moderna pode servir não só os habitantes da Área Metropolitana de Lisboa, que «passa a vida na ponte», sem alternativas de transporte para outros locais, como também todas as pessoas da região Oeste, da Alta Estremadura.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Abecasis, que dispõe de um minuto para formular a sua pergunta.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Transportes, penso que a pergunta que o Sr. Deputado Henrique Neto aqui nos trouxe foi bastante oportuna, até porque é difficilmente explicável que se fale, com grande insistência, da necessidade de criar um corredor de transporte pesado entre Loures e Lisboa — que não se sabe muito bem por onde é que poderá penetrar em Lisboa... —, e nunca tenha ocorrido a ninguém que a linha do Oeste seria uma excelente alternativa, principalmente se fosse possível fazer a ligação de Loures não directamente a Lisboa, mas aumentando o *hinterland* da Linha do Oeste.

Sr. Secretário de Estado, esta é uma ideia que pode ser criadora.

De facto, também penso como o Sr. Deputado Henrique Neto: no dia em que circularem nos carris da linha do Oeste carros de bois vai ver que não passa lá ninguém! E o que se tem feito até agora é aproximar as carroagens dos carros de bois.

O Sr. Henrique Neto (PS): — É verdade!

O Orador: — Podemos desconhecer os métodos, mas há princípios que sabemos que são verdadeiros, designadamente o de que só é possível transportar grandes massas de passageiros sobre linhas pesadas. Esta é uma regra geral, em todo o mundo. Muitas vezes, o que se torna necessário é saber como é que se pode aumentar o *hinterland* de linhas já existentes. Francamente, não vejo como se poderia implantar uma linha pesada para lá do metro, no corredor de Loures.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Tem a palavra o Sr. Deputado Roleira Marinho.

O Sr. Roleira Marinho (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Transportes, falando de linhas férreas, lembro o descalabro que se verifica no distrito de Viana do Castelo, servido pela linha do Minho, onde se situa a passagem de fronteira mais movimentada do País — Valença —, em termos de passageiros. E que comboio temos, com um mínimo de qualidade, a servir o distrito? Nenhum!

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Se vai perguntar sobre Viana do Castelo, eu também pergunto sobre o Alentejo!

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Por este andar, daqui a pouco estamos a falar sobre Andorra...

O Sr. Presidente (João Amaral):- Sr. Deputado Roleira Marinho, advirto-o que a pergunta é sobre a recuperação e renovação da linha do Oeste...

O Orador: — Sr. Presidente, estamos a falar de transportes ferroviários e eu estou a referir-me a uma ferrovia, não à linha do Oeste mas a uma outra!

O Sr. Presidente (João Amaral): — De facto, lendo melhor o texto da pergunta, o Sr. Deputado Roleira Marinho pode continuar no uso da palavra, porque a pergunta está formulada nos seguintes termos: desenvolvimento das comunicações ferroviárias, designadamente a recuperação e renovação da linha do Oeste.

Sr. Deputado, faça favor de continuar, e peço desculpa pela interrupção.

O Orador: — Sr. Presidente, penso que está claro que a expressão «designadamente» quer dizer que também se pode falar de outras questões!

O Sr. Presidente (João Amaral): — Exactamente, Sr. Deputado.

O Orador: — Sr. Presidente e Sr. Secretário de Estado, estando o distrito de Viana do Castelo numa situação muito débil no que diz respeito ao serviço ferroviário — nele encontramos a fronteira mais movimentada do País, Valença, com o atravessamento do caminho de ferro para Espanha —, e uma vez que se encontra em renovação, neste momento, parte da linha, até Nine e Trofa, pergunto como e quando será o distrito de Viana do Castelo servido com uma linha capaz, nomeadamente através de acessos ferroviários ao porto de mar e de uma linha até à fronteira, de modo a que as populações do distrito possam, efectivamente, ter um serviço adequado.

Lembro, Sr. Secretário de Estado que, inclusive, o serviço...

O Sr. Presidente (João Amaral): — Queira concluir, Sr. Deputado, pois já esgotou o seu tempo.

O Orador: — Vou concluir, mas fui interrompido, Sr. Presidente!

O Sr. Presidente (João Amaral): — Foi-lhe descontado o tempo das interrupções, Sr. Deputado.

O Orador: — Lembro, inclusive, que o comboio intercidades, até Viana do Castelo, foi suprimido. Gostava, pois, de saber quando haverá a renovação completa da linha do Minho, até Valença, e quando será feita a recuperação das instalações ferroviárias, em estado de abandono completo, do distrito de Viana do Castelo.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Transportes.

O Sr. Secretário de Estado dos Transportes: — Sr. Presidente, como complemento à questão colocada pelo

Sr. Deputado Henrique Neto, gostava de dizer que o investimento na ferrovia tem a ver, um pouco, com a vocação do caminho de ferro, ou seja, o caminho de ferro tem uma vocação para grandes fluxos de tráfego, de transporte de mercadorias de longa distância e de ligação aos portos.

Ora, é dentro desta perspectiva que entendo que deve ser encarado o investimento no caminho de ferro. Mas não quer isto dizer que não se venham a fazer investimentos no caminho de ferro em linhas como a do Oeste. Agora, o que penso é que a tecnologia ferroviária que deve ser utilizada para satisfazer os níveis da procura tem de ser exactamente nessa proporção.

Assim, na linha do Oeste, deve ser analisada a utilização de uma tecnologia ferroviária ligeira, que não exija o nível de investimentos de uma tecnologia ferroviária pesada, dado que os níveis de procura também são relativamente débeis, em que o caminho de ferro deva ter um papel importante até como regulador do sistema.

Sabemos hoje que o próprio caminho de ferro é o regulador da tarifa do transporte rodoviário, ou seja, o transporte rodoviário regula as suas tarifas pelas tarifas do caminho de ferro. Isso é hoje evidente: o caminho de ferro tem aí um papel como regulador. No entanto, os investimentos devem ser de acordo com os níveis da procura, recorrendo às tecnologias ferroviárias mais adequadas para a satisfação desses níveis.

Neste caso, julgo que os níveis de procura entre Torres Vedras e Lisboa justificam um investimento já de certo vulto de duplicação e de electrificação das linhas. No resto penso que ela tem uma vocação fundamentalmente de desenvolvimento do transporte de mercadorias, que é extremamente importante para a região, no sentido das suas ligações ao porto e à rede ferroviária principal.

Por outro lado, o que está por resolver é saber qual é a tecnologia ferroviária que vai ser utilizada no transporte de passageiros face aos níveis de procura. E isso é uma questão que está em aberto. No entanto, até determinada altura, utilizou-se um pouco a dicotomia, ou existe caminho de ferro ou não existe, e quando existe é com uma tecnologia ferroviária clássica pesada que consistia, no fundo, em transportar muito ferro para transportar poucas pessoas.

Portanto, há que encontrar um transporte de qualidade, sem grandes investimentos, porque, hoje em dia, com o desenvolvimento dos caminhos de ferro, começaram a aparecer novas tecnologias que exigem investimentos relativamente reduzidos e transportes de qualidade.

Portanto, esse estudo para a linha do Oeste terá de ser feito para se saber qual é a tecnologia mais adequada, tendo em conta os níveis de procura. É evidente que, todos o sabemos, se melhorarmos o serviço, naturalmente que haverá um acréscimo da oferta. Agora, basta ver também que se o transporte rodoviário é altamente competitivo face ao caminho de ferro para as principais ligações, a pessoa demora menos uma hora no transporte rodoviário do que em caminho de ferro, mas os investimentos para que o caminho de ferro seja competitivo nessas ligações é muito elevado. Reduzir uma hora de percurso numa linha é um investimento muito pesado, face aos níveis de procura.

Desta forma, gradualmente, vamos ver qual é a tecnologia ferroviária mais adaptada para os níveis de procura, sendo evidente que se encontrarmos uma tecnologia ferroviária adequada é natural que os níveis de procura aumentem.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Nuno Abecasis, a estratégia prevista neste momento é a de melhorar a linha do Oeste, com a sua integração no sistema ferroviário da Área Metropolitana de Lisboa. O que se está a pensar fazer é a sua duplicação e interligação com a linha de Sintra. No entanto, como sabe, neste momento, há duas hipóteses em análise: uma é fazer-se a ligação pelo corredor de Loures através de Torres Vedras e a outra será o metropolitano ou metro ligeiro.

Mas uma das questões que está em aberto é, por um lado, a melhoria da interligação da rede da linha do Oeste na rede metropolitana, através da electrificação e da duplicação da via e, por outro, a melhoria do *hinterland* da linha do Oeste, através da sua ligação à linha de cintura, passando pelo corredor de Loures.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS-PP): — Não acredito muito nessa!

O Orador: — É ainda um problema em aberto.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Srs. Deputados, encontram-se a assistir à sessão um grupo de alunos da Escola do Ensino Básico 2 e 3 de Loulé, um grupo de 45 alunos da Escola n.º 28 de Lisboa e um grupo de oito alunos do Instituto António Feliciano de Castilho de Lisboa, para quem peço uma saudação muito especial.

Aplausos gerais, de pé.

Passamos agora não à terceira pergunta, mas à quarta, por consenso de todos os grupos parlamentares e do Governo, relativamente ao metro ligeiro de superfície do Porto e nova ponte rodoviária sobre o rio Douro, que vai ser formulada pelo Sr. Deputado Manuel Moreira.

Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Manuel Moreira, utilizando para o efeito três minutos.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A ideia da implementação do metro ligeiro de superfície do Porto surgiu de forma clara com a candidatura do PSD à Câmara Municipal do Porto, em 1989. Infelizmente, esta candidatura não obteve sucesso eleitoral e o Presidente eleito do PS, Fernando Gomes, esqueceu-a durante uns meses, para depois a retomar como se fosse uma ideia original sua, o que de facto não é, parecendo, ao longo destes seis anos, mais uma panaceia do que um verdadeiro projecto para se realizar em tempo útil.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Está pouco convicto!

O Orador: — Porque, em bom rigor, este projecto, se tivesse sido bem conduzido desde o seu início, para poder ter todo o empenho dos poderes públicos instituídos, desde o central ao local, já poderia e deveria estar concluído ou em vias disso, para servir bem a população da Área Metropolitana do Porto.

Depois de múltiplas peripécias, avanços e recuos, ao longo destes anos, sobre o tipo de projecto de metro a implementar e quais os municípios e as zonas, dentro destes, a cobrir com os seus troços, foi entretanto criada a Empresa Metro do Porto, S.A., com características essencialmente de empresa intermunicipal e com a participação de algumas outras instituições, como a CP, os STCP e o Metropolitano de Lisboa.

Provavelmente, o mais lógico seria que tivesse sido criada uma verdadeira empresa pública para um maior e decisivo empenho do Estado na concretização deste importante projecto e vultuoso em termos financeiros, como penso que, em tempos, defendeu o Engenheiro Consigliero Pedroso, quando foi Presidente do Metropolitano de Lisboa. Isto, naturalmente, sem prejuízo também da participação dos municípios interessados.

Foi abandonada e, a meu ver, mal, a ideia de o metro passar pela Avenida da Boavista e de haver um troço do mesmo da Rotunda da Boavista, passando pela ponte da Arrábida e por uma nova avenida urbana (Avenida da Liberdade — ex-V8) até às Devesas (Gaia), para servir uma nova centralidade que está a nascer em Vila Nova de Gaia e que pode atingir, no futuro, 50 000 novos habitantes. Assim, como também não se contempla Gondomar com o metro a passar pela faixa central da via rápida Porto-Gondomar, a construir, futuramente, como era e é desejo da sua Câmara Municipal.

Considero igualmente inaceitável que não seja contemplada, desde já, a ligação do metro ligeiro de superfície do Porto à EXPONOR e ao aeroporto Francisco Sá Carneiro. A EXPONOR é a Feira Internacional do Porto e o aeroporto são duas infra-estruturas essenciais da Área Metropolitana do Porto e da Região Norte, que justificam plenamente que extensões do metro as sirvam para as potenciar, contribuindo deste modo para o desenvolvimento regional.

Se o Metropolitano de Lisboa, que está em grande expansão, vai ser estendido até à EXPO 98 para a servir, sendo investidos para o efeito cerca de 90 milhões de contos e vai também chegar à Feira Internacional de Lisboa (FIL), mais uma razão para o Porto ter um tratamento igual em relação às suas infra-estruturas existentes. Temos ouvido dizer que as extensões do metro ligeiro de superfície do Porto para a EXPONOR e para o Aeroporto não são viáveis em termos económicos. Porém, não podemos aceitar tal argumentação por aquilo que já referimos atrás, em termos de potenciar estas duas importantes infra-estruturas regionais.

Solicito que o abandono de alguns troços e a exclusão de algumas extensões do metro, que acabo de referir, sejam reponderadas pela Empresa Metro do Porto, S.A., e pelo Governo, para serem contempladas no projecto final a implementar, para servir melhor a numerosa população da Área Metropolitana do Porto e para contribuir para a sua boa qualidade de vida.

Durante esta semana, na Empresa do Metro do Porto, S.A., foram abertas as oito propostas, apresentadas pelos quatro consórcios resultantes do concurso público internacional, efectuado para a concessão, construção e exploração do metro ligeiro de superfície do Porto e ficámos a saber que o seu valor varia entre 110,7 e 210,6 milhões de contos. O preço base estava fixado em 120 milhões de contos, tendo a quase totalidade das propostas ultrapassado esse valor, havendo uma variação surpreendente de 100 milhões de contos entre o valor da proposta mais baixa e o da mais alta.

Esperemos agora que a escolha do vencedor na terceira e última fase se faça, tendo em consideração a qualidade do sistema e dos serviços a prestar pelo metro ligeiro de superfície do Porto.

Desconhecemos ainda a totalidade das fontes de financiamento para a concretização em pleno deste projecto, agora sem mais delongas, porque já vai ser difícil termos o metro a circular, apenas na sua primeira linha, neste

século, o mais provável é que seja já depois do ano 2000. O Orçamento do Estado do ano em curso só lhe reserva 150 mil contos no PIDDAC, o que é manifestamente pouco encorajador para o avanço deste projecto.

No que diz respeito à nova ponte rodoviária sobre o Rio Douro, fomos surpreendidos, há três semanas atrás, com a apresentação pública da sua maqueta, bem como da sua futura denominação «Infante D. Henrique», por parte dos Presidentes das Câmaras Municipais do Porto e de Vila Nova de Gaia, sem o debate prévio com as duas respectivas vereações e também no âmbito dos órgãos da Área Metropolitana do Porto, o que é uma atitude que abona muito pouco em relação ao respeito que estes dois autarcas têm pelas decisões democráticas e colegiais dos órgãos competentes para o efeito.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Não está em causa a atribuição à futura ponte do nome do Infante D. Henrique, figura histórica das maiores da epopeia dos descobrimentos portugueses, e que nasceu na cidade do Porto, apenas criticamos a forma do anúncio público sem a discussão e decisão dos órgãos autárquicos envolvidos.

Quanto à nova ponte rodoviária sobre o rio Douro, que se pretende construir entre as Fontainhas e a serra do Pilar, como alternativa ao tabuleiro superior da ponte D. Luís, dado este ficar, no futuro, afecto exclusivamente à passagem do metro ligeiro de superfície do Porto, devia, a nosso ver e como defende a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, ter dois tabuleiros, um à cota alta e outro à cota baixa, e não fazer agora uma ponte só à cota alta, como se prevê, e mais tarde outra ponte à cota baixa. Julgo que isto é duplicar e agravar os investimentos financeiros vultosos desnecessariamente. Daí que, já em 21 de Março passado, numa intervenção que fiz nesta Assembleia, apelai ao Governo, às Câmaras Municipais do Porto e de Vila Nova de Gaia e à Empresa do Metro do Porto, S.A., para repensarem este projecto, no sentido de construirmos desde já uma nova ponte às duas cotas. Infelizmente, esse apelo ainda não teve eco e resposta positiva.

Também tenho assistido nos últimos tempos, com alguma preocupação a alguma controvérsia na comunicação social, entre os técnicos responsáveis pelo presente projecto, que se pretende implementar para a construção da nova ponte, e os outros autores de projectos ou estudos que foram excluídos, bem como acerca da sua localização.

Também não conheço, até ao momento, as fontes de financiamento para a construção da nova ponte rodoviária sobre o rio Douro e respectivos acessos, que pode ascender a cinco milhões ou mais de contos e já ouvi o actual Director Delegado da Empresa Metro do Porto, S.A., numa reunião da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, dizer à respectiva vereação que o financiamento deste nova infra-estrutura rodoviária seria autónoma do metro ligeiro de superfície.

Assim, pergunto ao Governo, através do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, o seguinte: considera ou não o Governo, útil e necessária, em termos de potenciar a EXPONOR e o aeroporto Francisco Sá Carneiro, que o metro sirva estas duas importantes infra-estruturas regionais?

O Sr. Presidente (João Amaral): — Vai concluir, Sr. Deputado?

O Orador: — Estou a concluir, Sr. Presidente.

E para um melhor serviço à população da Área Metropolitana do Porto, considera que o metro passe na Avenida da Boavista e vá da sua rotunda até às Devesas, em Gaia? E, ainda, sirva Gondomar?

Considera ou não que seria desejável e necessária que a nova ponte rodoviária sobre o rio Douro, a ser construída entre as Fontainhas e a serra do Pilar, tivesse dois tabuleiros, um à cota alta e outro à cota baixa?

O Sr. Presidente (João Amaral): — Sr. Deputado, queira terminar...

O Orador: — Sr. Presidente, estou a terminar. Se me permite, é só mais uma pergunta.

Na hipótese de a nova ponte rodoviária sobre o rio Douro só ser construída com um tabuleiro à cota alta, o Governo está disponível para, depois, apoiar a construção de uma nova ponte com um tabuleiro à cota baixa, como também julgo que se justifica em termos de tráfego entre as duas margens?

Quais as fontes de financiamento destas duas importantes infra-estruturas, o metro ligeiro de superfície do Porto e a nova ponte rodoviária sobre o Rio Douro? Vão ter financiamentos autónomos ou não?

Está o Governo disponível a reforçar as verbas do Orçamento do Estado para os próximos anos e a empenhar-se fortemente junto da União Europeia a fim de obtermos os fundos comunitários indispensáveis à implementação destes dois projectos?

O Orador reviu.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Sr. Deputado Manuel Moreira, penso que teremos de rever a sua disponibilidade de tempo para a pergunta seguinte.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Transportes.

O Sr. Secretário de Estado dos Transportes: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Manuel Moreira, em primeiro lugar, face ao conjunto de questões que foram levantadas e, tendo em conta que há quatro anos que se desenvolvem todos os trabalhos de lançamento do concurso, em que se fizeram os estudos de referência que serviram de base ao lançamento do concurso e em que se previu o traçado, que foi definido pela Junta Metropolitana do Porto face às necessidades de transporte da região — e certamente será a Junta Metropolitana que melhor conhece esse problema de âmbito local, aliás, foi ela que definiu a rede base e a rede de referência para o concurso —, julgo que, neste momento, deveria ser à Junta Metropolitana do Porto que devia ser colocada esta questão. É ela que tem 80 % do Metropolitano do Porto, é ela que conhece as necessidades locais, é ela que lidera todo este processo de definição do cenário de referência para a rede metropolitana do Porto.

No que diz respeito à ponte das Fontainhas, como sabe, o Metropolitano do Porto vai utilizar o tabuleiro superior da ponte Luís I para a rede de metro ligeiro de superfície. Isso implica que tenha de construir uma alternativa para vir a ocupar esse espaço. Digamos que a responsabilidade do metro do Porto propriamente dito será a de construir uma ponte que venha substituir o tabuleiro superior da ponte Luís I. Se, de facto, existe ou não necessidade de um tabuleiro inferior, ou seja, de um aumento da capaci-

dade, serão as Câmaras do Porto e de Gaia, que conhecem as necessidades locais e o desenvolvimento urbanístico e as perspectivas de desenvolvimento de tráfego, que terão de decidir.

Tanto quanto sei, é uma questão que ainda está em aberto, na medida em que, no mês passado, foram entregues os estudos de integração urbanística da própria ponte, mas julgo que os termos de referência para a realização do projecto ainda não estão feitos. Portanto, serão as Câmaras Municipais do Porto e de Gaia que terão de decidir se é necessária ou não a utilização do tabuleiro inferior.

Quanto aos meios financeiros, o que lhe posso dizer é que, neste momento, já sabemos qual é o valor global da proposta, varia entre 120 mil e 210 mil contos, mas, no entanto, ainda não se conhece toda a programação. Por outro lado, o próprio concurso propõe que os concorrentes apresentem um esquema de financiamento.

Portanto, neste momento, acho que é um pouco prematuro falar na questão do financiamento, na medida em que não temos sequer um conhecimento das propostas.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Estão inscritos os Srs. Deputados Manuel Moreira e José Saraiva.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Moreira, devendo utilizar apenas um minuto para fazer a pergunta.

Tem a palavra.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Sr. Presidente, desde já, peço desculpa à Câmara pela forma apressada como há pouco coloquei as perguntas sobre estes dois grandes projectos da Área Metropolitana do Porto. Penso que eles, pela sua envergadura, necessitariam de mais tempo do que os três minutos para justificar as questões que coloquei e com certeza o Governo também precisaria de mais tempo para responder de uma forma cabal às minhas perguntas, porque realmente não o fez.

De facto, o metro ligeiro de superfície do Porto já teve várias versões, a primeira das quais contemplava a Avenida da Boavista e um troço de ligação entre a Rotunda da Boavista e as Devesas, em Vila Nova de Gaia. Não aceitamos que esse troço tenha sido abandonado, uma vez que está a nascer em Vila Nova de Gaia uma nova centralidade que no futuro vai ter 50 000 pessoas, pelo que esse troço se justifica plenamente, bem como a ligação a Gondomar.

Também não faz sentido — e isso é inaceitável — que a EXPONOR e o aeroporto Francisco Sá Carneiro fiquem sem uma extensão do metro, quando em Lisboa estão a ser feitas extensões para a Expo 98 e para a FIL. O Sr. Presidente da Câmara Municipal do Porto, que também é Presidente da Junta Metropolitana do Porto, disse que a não ida do metro desde já à EXPONOR e ao aeroporto Francisco Sá Carneiro se deve à falta de meios financeiros.

Penso que compete ao Governo, não só através do Orçamento do Estado mas também obter junto da União Europeia, os meios necessários, os fundos comunitários, para que o metro chegue, nesta primeira fase, à EXPONOR e ao aeroporto Francisco Sá Carneiro. Foi isso que solicitei.

Em relação à nova ponte rodoviária sobre o rio Douro, devo dizer que estranhei que já tivesse sido feita a apresentação pública da *maquette* e já tivesse sido dado o nome, sem primeiro ter havido um debate prévio no âmbito das Câmaras Municipais do Porto e de Vila Nova de Gaia. No que se refere ao seu financiamento, que é da ordem dos cinco milhões de contos, ainda não se sabe quais vão ser as fontes e as Câmaras Municipais do Porto

e de Lisboa esperam que o financiamento também venha do Orçamento do Estado e dos fundos comunitários.

Daí a minha pergunta ao Sr. Secretário de Estado, que há pouco não respondeu, mas espero que desta vez o faça de forma mais cabal.

O Orador reviu.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Muito obrigado, Sr. Deputado Manuel Moreira. Creio que agora as questões foram completamente claras.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Saraiva, que dispõe de um minuto.

O Sr. José Saraiva (PS): — Sr. Presidente, não vou gastar um minuto, porque a ignorância do Sr. Deputado Manuel Moreira é, de facto, frustrante para quem está aqui e assiste a perguntas destas feitas desta forma ao Governo.

Pensava até, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que o Sr. Deputado Manuel Moreira iria trazer hoje à Câmara e ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes aquela proposta megalómana que fez quando foi candidato à Câmara Municipal de Gaia no sentido de ser construído um metro «pendurado», digamos assim, no ar, um metro que passava por cima da Avenida da República, em Gaia. Foi a proposta mais megalómana que alguma vez alguém fez!

Sr. Deputado Manuel Moreira, o senhor teria sido esclarecido se tivesse a gentileza e a humildade de se dirigir ao ex-ministro Ferreira do Amaral, que, desde o início, acompanhou e apoiou este projecto — aliás, felicitou o ex-ministro Ferreira do Amaral por sempre ter dado o seu apoio a este projecto. O senhor está a bater em si próprio e devo dizer que as respostas que o Sr. Secretário de Estado dos Transportes lhe deu são absolutamente exemplares. O senhor não conhece a matéria, sabe que o governo anterior nunca deu qualquer apoio financeiro à Junta Metropolitana do Porto, e eu tenho conhecimento disso porque sou membro da Assembleia Metropolitana do Porto, ando nestas coisas há muitos anos. O senhor é um ignorante completo em matéria de metropolitano! Há mais de 30 anos que se fala no metropolitano do Porto, há estudos e mais estudos sobre ele e foi com o ex-ministro Ferreira do Amaral que a Junta Metropolitana do Porto conseguiu avançar...

O Sr. Presidente (João Amaral): — Sr. Deputado, vou pedir-lhe para concluir, uma vez que já esgotou o tempo.

O Orador: — Vou concluir, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Manuel Moreira, de facto, parece-me que a sua pergunta não é dirigida ao Governo nem ao Sr. Secretário de Estado, que lhe respondeu cabalmente, mas é para ser escrita numa «folha de couve» qualquer que se publique lá pela sua terra!...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para defesa da honra.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Sr. Deputado, vou dar agora a palavra ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, para responder às questões que lhe foram colocadas.

O Sr. Secretário de Estado dos Transportes: — Sr. Presidente, pouco mais tenho a acrescentar.

Creio que respondi integralmente às questões que o Sr. Deputado Manuel Moreira me colocou, na medida em que a rede base que está no concurso foi a Junta Metropolitana do Porto que a propôs. Foi a Junta Metropolitana do Porto que definiu as prioridades relativamente à rede e deu as indicações do traçado para os concorrentes. Como se trata de um concurso de concepção, construção e exploração são os próprios concorrentes que, face à rede base, vão apresentar as suas soluções. Foi, pois, a Junta Metropolitana do Porto que definiu as prioridades. Neste momento, a ligação ao aeroporto Francisco Sá Carneiro e à EXPONOR não constam da rede base, por opção da própria Junta Metropolitana do Porto, que definiu as prioridades.

Quanto ao projecto da ponte das Fontainhas, também estranho a sua pergunta, na medida em que o projecto é da responsabilidade das Câmaras Municipais do Porto e de Vila Nova de Gaia. Não há qualquer intervenção de um órgão do Governo na realização desse projecto, ele é da inteira responsabilidade dessas autarquias.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Srs. Deputados, uma vez que terminámos esta pergunta, se não houver oposição, vou dar desde já a palavra ao Sr. Manuel Moreira, para defesa da honra.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Sr. Presidente, estranho a forma e a linguagem utilizadas pelo Sr. Deputado José Saraiva, não estava habituado a esse tipo de linguagem nesta Câmara.

Penso que tudo o que o Sr. Deputado José Saraiva disse não devia ser dirigido à minha pessoa mas ao Governo, porque estamos aqui a interpelar o Governo sobre dois projectos que dizem respeito à nossa cidade, à nossa área metropolitana e à nossa região. Eu até julgava que iria reforçar aquilo que eu aqui disse, mas devolvo-lhe o epíteto de ignorante, porque não o sou, conheço bem o projecto do metro ligeiro de superfície do Porto. Eu não pus em causa a sua validade, o que aqui defendi foi que o metro ligeiro de superfície pudesse atingir outras áreas da Área Metropolitana do Porto e que houvesse meios financeiros para os quais é fundamental o concurso do Governo e até fundos comunitários, para que esse projecto, de uma vez por todas, seja concretizado, não seja uma obra adiada, não seja uma panaceia do Sr. Presidente da Câmara Municipal do Porto, mas, isso sim, uma obra de todos nós. Foi o que pedi. Por isso, Sr. Deputado, julgo que a sua intervenção não foi oportuna, nem a linguagem que utilizou.

Também queria dizer, Sr. Secretário de Estado, que não houve, até hoje, qualquer discussão ou qualquer deliberação das Câmaras Municipais do Porto ou de Vila Nova de Gaia, nem da Junta Metropolitana, sobre a nova ponte, o que acho lamentável. É uma falta de respeito para com o poder autárquico instituído, uma vez que foi anunciado um projecto com uma *maquette* e com uma estimativa de financiamento, sem que tivesse havido um debate prévio. Seja como for, a nova ponte tem de ter também, em termos de investimento, o apoio não só das câmaras municipais mas também do Governo central.

Daí o meu apelo para que o Governo ajude a construir essa ponte, canalizando os meios necessários para a sua implementação.

Foi isso que eu disse, e tão-só.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Creio que a defesa da honra era em relação ao Sr. Deputado José Saraiva, não é verdade, Sr. Deputado Manuel Moreira?

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Nesse caso, dou a palavra ao Sr. Deputado José Saraiva para dar explicações, se assim entender.

O Sr. José Saraiva (PS): — Sr. Presidente, darei uma explicação breve ao Sr. Deputado Manuel Moreira.

O facto de eu lhe chamar ignorante certamente não o atinge, porque também eu sou um ignorante em muitas matérias que aqui se discutem. Não pretendo atingir a sua honra e dignidade. Sei que V. Ex.^a é um experimentado Deputado; desde que o conheço, há 20 anos, que não faz outra coisa. Por isso, usa uma linguagem muito mais corrente, enquanto que eu uso uma linguagem muito mais frontal, muito mais clara. Mas não pretendi atingi-lo.

Agora, insisto: presumi que V. Ex.^a iria perguntar ao Sr. Secretário de Estado se, eventualmente, estaria para as calendadas a sua hipótese do metropolitano suspenso em Gaia.

Quanto à extensão do metro até ao aeroporto de Pedras Rubras ou, como agora se chama, Francisco Sá Carneiro ou à EXPONOR, é uma velha querela entre a Associação Industrial Portuense e a Junta Metropolitana do Porto. O que vai ser feito é a chamada linha 1, entre Santo Ovídeo e Matosinhos, com prolongamentos ligados à CP.

Os Deputados do Partido Socialista eleitos pelo Porto, na passada segunda-feira, juntamente com o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, estiveram em Gaia, em Contumil, em Valongo, em Ermesinde, a visitar as obras do nó ferroviário, acompanhados de técnicos e dos diretores do nó ferroviário. É que nós, Deputados socialistas, interessamo-nos pelas coisas, vamos ver as dificuldades, ouvimos as explicações dos técnicos.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — Se o Sr. Presidente consentir.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Srs. Deputados, neste momento o Sr. Deputado José Saraiva está a dar explicações e, uma vez concluídas, passamos à pergunta seguinte.

O Orador: — Por isso, não pretendi atingir a sua honorabilidade. Isso nunca me passaria pela cabeça.

Sinceramente, acho que quem o senhor atingiu foram aqueles que, desde o início, se mostraram favoráveis — e era o caso do então ministro Ferreira do Amaral e do governo do PSD — à instalação e desenvolvimento de uma velha aspiração que serve, fundamentalmente, as populações, e esta não é uma questão do PS ou do PSD, como, aliás, se verifica pelas personalidades envolvidas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente (João Amaral): — Passamos à terceira pergunta, que deveria ser formulada pelo Sr. Deputado Vieira de Castro mas, por razões de saúde, não pode estar presente, pelo que vou dar a palavra à Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite, sobre a prorrogação do contrato da empresa TERTIR para a exploração de terminais rodoviários.

A Sr.^a Manuela Ferreira Leite (PSD): — Sr. Presidente, o meu companheiro de bancada está impossibilitado, por

motivos de doença, de formular a pergunta ao Sr. Secretário de Estado, mas a pergunta que tínhamos para fazer é realmente apenas uma pergunta.

Não desconhecemos que no resgate de concessão da TERTIR foi paga pelo Estado uma indemnização de cerca de sete milhões de contos — quatro milhões de contos pelo resgate de concessão e cerca de dois milhões ou um pouco mais de contos pelo ano de aviso prévio que era necessário dar. Portanto, o Estado indemnizou a empresa em cerca de sete milhões de contos e, por isso, ficámos razoavelmente perplexos quando vimos uma resolução do Conselho de Ministros em que mantinha a concessão da exploração e, portanto, prorrogava.

Como tal, perguntamos: quais os motivos, porquê, quais as vantagens para o Governo, depois de ter pago sete milhões de contos, manter e prorrogar essa concessão? Nomeadamente, gostaria de saber se houve o pedido de devolução desses sete milhões de contos que foram pagos.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Dou a palavra ao Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais para responder, dispondo de três minutos.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (António Carlos dos Santos): — Sr. Presidente, não sei se consigo responder em três minutos, mas no final poderei continuar a conversar sobre este tema.

Penso que só se consegue responder a esta questão contando a história. E contar a história significa dar conta que os terminais do Freixieiro e de Alverca existem desde 1981 e que o contrato existente nessa altura deveria prolongar-se até 2006 e o resgate seria possível apenas a partir de 13 anos, ou seja, desde 1994.

Acontece que a TERTIR, aquando da implantação do Acto Único Europeu, com a abolição das fronteiras, requereu no tribunal arbitral, previsto no contrato de concessão, uma indemnização de 54,7 milhões de contos, mais lucros cessantes, assim como a declaração de caducidade do contrato. O que aconteceu foi que o tribunal arbitral não resolveu a questão nesse sentido, mas atribuiu uma indemnização de 14,1 milhões de contos à TERTIR, a título de lucros cessantes — e apenas a esse título —, o que quer dizer que isso era suficiente para pôr problemas financeiros ao Estado português, que começou a fazer o pagamento dessa indemnização por *tranches*, mas não o acabou.

O XII Governo Constitucional decidiu pôr fim à concessão, a partir de 1996, emitindo com a antecedência de um ano, previsto no contrato, isto é, em 1 de Fevereiro de 1995, um pré-aviso de resgate.

No entanto, era necessário fazer uma avaliação do activo imobilizado e o governo anterior tentou fazê-la, accionando a comissão de avaliação prevista no contrato. Porm, o governo anterior não se ficou por aqui, porque, na mesma carta do pré-aviso, propunha negociações que mantivessem o contrato de concessão para além de 1 de Fevereiro, o que quer dizer que o governo anterior não excluía que, paralelamente, se chegasse a acordo com a TERTIR para que continuasse a exploração dos terminais.

Portanto, surpreende-me um pouco a pergunta de porquê continuar a exploração. É que, de facto — e tive a oportunidade de, através do *dossier* entregue pelo Dr. Vasco Valdez e no quadro das relações institucionais e pessoais existentes, trocar impressões com ele sobre isso —, essa possibilidade ficou claramente demonstrada e, mais, até considerei, e considero, que essa estratégia de

negociação delineada pelo anterior governo era, no essencial, correcta, porque permitiria estancar uma sangria para o Orçamento.

Ora bem, o que aconteceu foi que, em Novembro de 1995, nove meses depois da emissão do pré-aviso, nada estava feito, faltando três meses para a concretização disso. As hipóteses de resolução desta questão eram várias, todas elas foram analisadas e ponderadas — e, mais adiante, poderemos falar sobre isso — e, dado a falta de avanço significativo nas negociações e ainda não haver avaliação, foi, de facto, elaborada uma proposta de acordo, que, mais tarde veio a ser formalizada na resolução que indicou.

Bom, neste momento, terei de ficar por aqui, porque já não disponho de mais tempo.

O Sr. Presidente (João Amaral): — O Sr. Secretário de Estado, nas respostas às perguntas seguintes, terá, então, oportunidade de concluir alguma outra ideia que queira acrescentar.

Estão inscritos, para pedir esclarecimentos adicionais, a Sr.ª Deputada Manuela Ferreira Leite e o Sr. Deputado António Galvão Lucas.

Para o efeito, tem a palavra, por dois minutos, a Sr.ª Deputada Manuela Ferreira Leite.

A Sr.ª Manuela Ferreira Leite (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, talvez por falta de tempo não tenha ainda conseguido responder à pergunta formulada. Mas isso também porque, penso, utilizou o tempo de que dispunha contando uma história que já conhecíamos.

Gostaria, pois, Sr. Secretário de Estado, que utilizasse, agora, o tempo de que dispõe para contar a história posterior, isto é, por que é que há uma prorrogação de um contrato, cujo resgate já tinha sido feito.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra, por um minuto, o Sr. Deputado António Galvão Lucas.

O Sr. António Galvão Lucas (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, de facto, vou utilizar só um minuto para lhe colocar uma questão sobre este problema.

A minha pergunta é esta: quanto é que o Estado pagou efectivamente, porque não o conhecemos, à TERTIR, ao abrigo da decisão do tribunal arbitral que condenou o Estado a pagar 14,1 milhões de contos? Qual foi a quantia paga, até à data, ao abrigo dessa decisão? É que a resolução do Conselho de Ministros diz que os pagamentos foram sendo feitos, mas não especifica quanto é que foi pago desse montante de 14,1 milhões de contos.

Gostaria ainda de saber se se confirma que houve um pagamento adicional, agora ao abrigo do resgate do contrato, tal como a Sr.ª Deputada Manuela Ferreira Leite referiu, aspecto que também desconhecíamos. E embora para mim seja claro que o contrato não está prorrogado — o texto da resolução não oferece dúvidas nesse aspecto —, o que não está para mim claro é como é que o Estado procede a estas negociações, de uma forma aparentemente tão tranquila, com uma empresa que, estando cotada em bolsa, apresentou nas suas últimas contas reservas, na opinião dos revisores oficiais de contas, altamente complicadas, que levariam eventualmente a tomar-se algum cuidado nas decisões sobre esta matéria.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que fizemos não foi prorrogar desde já a concessão; obviamente, só com o novo acordo que virá a ser assinado é que essa concessão será prorrogada. Neste momento, a TERTIR ainda detém a exploração a título meramente precário como se extrai claramente de todo o acordo e do texto da carta que esteve na base prévia desse acordo.

Aconteceu que, em primeiro lugar, nem toda a indemnização do tribunal arbitral tinha sido paga — o que tinha sido pago, até 31 de Dezembro de 1995, a última *tranche* a ser paga, eram 6,2 milhões de contos mais 2,9 milhões de contos, pelo que ainda faltariam cerca de 5 milhões de contos para completar essa indemnização.

Para além disso, havia que ter em conta uma das cláusulas — e uma cláusula, a nosso ver, redigida de uma forma inadequada — do contrato original, contrato esse que dizia que, por força dessa cláusula, a compensação do resgate seria paga em dois anos, só se transferindo o immobilizado para a propriedade do Estado após o pagamento. Isto significava que, em Janeiro de 1996, nem a TERTIR poderia explorar os terminais por ter sido resgatada a concessão nem o Estado poderia directamente explorar os terminais ou atribuir nova concessão, porque não estava determinado, e quanto mais pago, o valor do immobilizado objecto da reversão, que o contrato também obrigava a fazer. Portanto, era necessário, para além da indemnização que faltava pagar, haver uma avaliação do immobilizado.

Ora bem, o que é que se fez? Como não houve, até agora, essa avaliação do immobilizado, tomou-se um valor de referência no montante de nove milhões de contos, a pagar em prestações. Agora, note-se, o Estado pode, de facto, fazer uma das duas coisas: se o valor encontrado pela comissão for superior aos nove milhões de contos, o Estado fica obviamente devedor, se for inferior, o Estado passa a ser credor da TERTIR e, neste caso, ela deve, segundo os termos do acordo, fornecer garantia bancária, estando, portanto, previsto um mecanismo para o pagamento desse diferencial.

Por outro lado ainda, a TERTIR renunciou neste acordo, desde 1 de Fevereiro de 1996, às indemnizações atribuídas pelo tribunal arbitral ou a quaisquer outras resultantes da supressão de exclusivos, porque ela ainda goza do exclusivo da exploração dos terminais, que ainda detinha, relativas ao desalfandegamento das mercadorias oriundas de fora do espaço comunitário; foi antecipada, para 1 de Fevereiro de 1996, a reversão para o Estado do immobilizado corpóreo afecto à concessão, cujo valor será determinado, como disse, pela comissão de avaliação, e, além disso, a TERTIR passará a pagar uma renda de concessão ao Estado, fixada em 12 % da facturação anual bruta, continuando o Estado a fiscalizar a concessão através de um delegado.

Isto significa que, das alternativas ou dos cenários possíveis, a partir de 1 de Fevereiro, que era ou o adiamento do resgate, com um encargo de cerca de 300 000 contos por mês de indemnização, ou o encerramento dos terminais, ou uma requisição administrativa que daria uma posse meramente precária, ou a permissão da continuação a título precário, foi por este que se optou enquanto se prosseguiam as negociações, porque o tempo de terminar as negociações até 1 de Fevereiro era, de facto, escasso, tendo demorado mais 28 dias.

No conjunto, a opinião que eu e o Governo temos desse acordo é que, no essencial, ele salvaguarda, por um lado, o funcionamento dos terminais e, portanto, a actividade

económica das resultante, e, por outro, os interesses do Estado, dando-lhe uma maleabilidade de actuação maior do que aquela que ele até agora tinha na gestão deste problema.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Srs. Deputados, a pergunta seguinte, dirigida ao Ministério da Saúde e formulada pelo Sr. Deputado Aires de Carvalho do Grupo Parlamentar do PS, é do seguinte teor: a reformulação da lei de gestão hospitalar, como e quando pensa resolver esta questão?

Para esse efeito, tem a palavra, por três minutos, o Sr. Deputado Aires de Carvalho.

O Sr. Aires de Carvalho (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Saúde, uma das áreas mais afectadas pela governação nos anos anteriores foi, sem dúvida, a da saúde e, muito particularmente, a da administração hospitalar.

Infelizmente, nunca se ouviu falar tanto das administrações hospitalares como nos últimos anos. Estas realidades contrastam, de forma flagrante, com o tempo em que, com directores eleitos e administradores de carreira, os hospitais cumpriam, enquanto instituições, serenamente as suas funções.

Recentemente, com directores e administradores delegados nomeados, foram vários os hospitais que se tornaram famosos pela incompetência, pela irresponsabilidade e, em alguns casos, por suspeita de corrupção e arrogância das suas administrações.

Poderia evocar aqui inúmeros casos, mas evoco também a minha qualidade de Deputado eleito pelo círculo eleitoral de Setúbal e permito-me avançar o exemplo do Hospital Distrital do Barreiro, que foi, infelizmente, um mau exemplo e constituiu uma péssima prestação para os seus utentes. Exemplo esse ainda bem claro no despacho de Sua Ex.º a Sr.ª Ministra da Saúde, quando dá por findas as comissões de serviço do ex-director e do ex-administrador delegado, com base, aliás, no relatório da Inspeção-Geral de Saúde.

Estamos todos naturalmente de acordo que situações destas são insustentáveis e que às mesmas deve colocar-se um ponto final, no sentido de pôr termo a realidades que constituem verdadeiros escândalos públicos.

Penso que é necessário credibilizar os serviços públicos e combater inequivocadamente qualquer tentativa de governamentalização dos mesmos, procurando que cada processo de nomeação assente, antes de mais, em regras transparentes das carreiras e concursos públicos.

É necessário definir com clareza o estatuto, a organização e as atribuições de vários órgãos, combinando órgãos de gestão com órgãos de supervisão e de actuação técnica.

Aliás, essa mesma preocupação tem vindo a ser assumida pela Sr.ª Ministra da Saúde em diversos encontros, fóruns e iniciativas. Ainda recentemente, a necessidade de uma reformulação profunda da Lei de Gestão Hospitalar foi referida pela Sr.ª Ministra da Saúde, aquando da cerimónia da tomada de posse do novo director do Hospital Distrital de Setúbal.

É neste contexto que pergunto ao Governo, através do Sr. Secretário de Estado da Saúde, para quando a reformulação da lei de gestão hospitalar.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para responder tem a palavra o Secretário de Estado da Saúde.

O Sr. Secretário de Estado da Saúde (Arcos dos Reis): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Aires de Carvalho, em resposta à questão que me foi formulada, devo informar que se encontra constituído e a funcionar, desde há algum tempo, um grupo de trabalho, nomeado pela Sr.ª Ministra da Saúde, que tem por incumbência elaborar propostas relativas à reformulação do estatuto jurídico dos hospitalais e à lei de gestão hospitalar. Portanto, o prazo temporal para que este grupo apresente os seus resultados estende-se até ao final do corrente ano, havendo, entretanto, relatórios de progresso, por forma a podermos ir acompanhando as conclusões a que o grupo for chegando.

Entretanto, e porque algumas questões eram de maior urgência, o Governo pediu o agendamento de um projecto de decreto-lei, que, dentro desta órbita de atribuições, pretende alterar a forma de designação dos directores clínicos e dos enfermeiros directores do serviço de enfermagem, projecto esse que mereceu um consenso alargado, embora não unânime, por parte das organizações profissionais.

Este projecto prevê que as propostas de nomeação sejam feitas de entre dois nomes mais votados de médicos e enfermeiros por colégios eleitorais constituidos pelos respectivos grupos profissionais de cada hospital e determina as características profissionais dos médicos e enfermeiros que se pretendam candidatar, bem como as condições de apresentação das candidaturas, estabelecendo ainda as condições mínimas de garantia e efectivação da eficácia dos processos eleitorais.

Trata-se, portanto, de um documento intercalar, que tem apenas a colmatar a necessidade de regulamentação de um entre os aspectos que, relativamente à gestão dos hospitalais e ao seu próprio estatuto jurídico, se pretende, de facto, enfrentar, em termos muito mais globais e de uma temática e de uma filosofia muito mais reformuladora e de fundo.

Não vou, portanto, adiantar mais nada relativamente ao contorno definitivo quer do futuro estatuto jurídico dos hospitalais quer da própria Lei de Gestão que daí irá decorrer, porque isso era ultrapassar-me às conclusões e às propostas do grupo. Mas, como disse há pouco, até ao fim do ano vamos ter de facto um trabalho definitivo sobre esta matéria e, então, podermos discutir, de forma mais alargada, estes temas relativos à gestão hospitalar.

O Sr Presidente (João Amaral): — Inscriveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Bernardino Soares, Paulo Mendo e Maria José Nogueira Pinto, dispondo, cada um, de 1 minuto, de acordo com o Regimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Saúde, em 1 minuto, e muito rapidamente, apenas para dizer que para o PCP a questão da gestão democrática das unidades de saúde é, como sabe, muito importante. Aliás, já há algum tempo, na própria Comissão de Saúde, inquirimos a Sr.ª Ministra sobre esta matéria.

As medidas anunciadas, embora transitórias, na nossa opinião não resolvem o problema. É fundamental que sejam os próprios profissionais da saúde a escolher os cargos que estão em causa e, de facto, na proposta que o Governo tem apresentado continua a haver a escolha por parte da Administração.

Mas, independentemente disto e das conclusões a que vier a chegar o grupo de trabalho que está constituído, conforme nos foi informado, gostaria de saber qual é a

posição e o entendimento do Governo sobre esta matéria, se está dependente das conclusões do grupo de trabalho ou se há já, de alguma maneira, um entendimento diferente do que hoje se pratica e do que foi praticado anteriormente em relação à eleição destes cargos.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendo.

O Sr. Paulo Mendo (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Saúde, em primeiro lugar gostaria de congratular-me pela resposta de V. Ex.º, porque verifico, por ela, que não tem «direitos de cidade» nem acolhimento por parte do Governo um incrível projecto de lei apresentado pelo Partido Socialista nesta Câmara, em Abril, sobre gestão hospitalar, diploma esse que considero perfeitamente suicida e destruidor de tudo o que é serviço público. Felizmente, não ouvi V. Ex.º falar nisso, o que me leva a considerar que são águas passadas, motivadas por uma forma de oposição, que V. Ex.º pode ter a certeza de que não receberá desta bancada.

Em segundo lugar, gostaria de, apoiando a metodologia cautelosa que tem vindo a ser seguida, alertar V. Ex.º para o seguinte: se um director clínico que até agora era cooptado pelo director do hospital, mas que obrigatoriamente tinha de ter o parcer do Conselho Médico, e como tal tinha direito a estar no Conselho de Administração, parece-me que a passagem da direcção clínica para um acto eleitoral directo levará, com certeza, a que esse director clínico tenha uma posição paralela à do director do hospital, não fazendo, portanto, parte do Conselho de Administração, que é um outro órgão.

Gostaria de saber, por um lado, a opinião de V. Ex.º sobre isto e, por outro, dentro do que actualmente pensa o Ministério sobre o decreto-lei que está a elaborar, como se enquadraria um director clínico eleito nos órgãos de gestão do hospital.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria José Nogueira Pinto.

A Sr.ª Maria José Nogueira Pinto (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Saúde, em termos de gestão hospitalar, com os objectivos constantes do programa eleitoral do PS e do Programa do Governo, como é que compatibiliza os objectivos de gestão empresarial das unidades hospitalares, o objectivo da concorrência gerida e também, como sabe, os ganhos de eficiência, que ou se fazem ao nível dos hospitalais ou, então, não terão significado no contexto do SNS, com uma direcção ou uma gestão em que dois elementos são eleitos? Qual é para si o sentido de uma gestão democrática, como disse o Sr. Deputado Bernardino Soares, em 1996 e na área da saúde em Portugal?

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Saúde.

O Sr. Secretário de Estado da Saúde: — Sr. Presidente, como referi na minha intervenção inicial, não gostaria de me adiantar às conclusões, ou melhor, às propostas que o grupo de trabalho está a desenvolver sobre esta matéria.

De qualquer forma, há questões que podem ser aqui um pouco suscitadas em tema e abordadas, que são as que têm a ver, de facto, com a compatibilização ou não e qual a nossa posição, em termos de governo, entre um estatuto que permite que os responsáveis pelos órgãos de gestão sejam eleitos e a compatibilização disso com objectivos programáticos definidos pelo Governo, e, portanto, com a exigência que o Governo tem de ter sobre os gestores encarregados de, na prática, levar a cabo esses objectivos. Trata-se de um tema, efectivamente, difícil, que se aplica ao universo que constitui o conjunto das unidades do nosso Serviço Nacional de Saúde mais difícil ainda se torna, porque os problemas, como se sabe, não são de mera economicidade de gestão de recursos nem de mera aplicação automática das regras de gestão de tipo empresarial, já que do lado de dentro dessas unidades existe um conjunto de problemas, um universo de situações, que, tendo em conta de ser geridas com base num referencial produzido através desses critérios, se afasta, substancialmente por vezes, de regras estritas de gestão de recursos *tout court*. Daí a nossa dificuldade.

Relativamente a estes problemas, como a outros, ha que decidir, só que, dada a dimensão e, digamos, a diversidade dos problemas em causa, o nosso método assenta sobretudo num método de experimentação. À partida, não temos a certeza de qual o melhor figurino para gerir uma unidade hospitalar, mas o que me parece é que a equação que tende a resolver a qualidade dos serviços prestados com a gestão dos recursos tem de ser cada vez mais aproximada em termos de solução. E, de facto, se viermos a considerar que o método mais democrático de eleição dos responsáveis pela gestão dos hospitais não é compatível, na sua total extensão, com um conjunto de figuras que tenha de responsabilizar-se pelo cumprimento integral dos objectivos que vierem a ser fixados a nível do sistema e, desagregadamente, a nível das unidades, vamos, com certeza, ter de inferir alguma coisa nas disposições que viermos a tomar sobre a matéria.

No limite, não sei onde este processo nos poderá levar, no entanto o que me parece é que não podemos fazer muitas cedências relativamente aos objectivos que vierem a ser fixados em programa do Governo e em programa operacional do Ministério para depois levar à prática esse mesmo programa do Governo. E que cairíamos numa situação algo absurda, quase irrealisável, como seja a de alguém, a nível político, ter grandes responsabilidades por levar na prática a bom termo um conjunto de iniciativas, cumprimento de objectivos, de programas e de políticas e, depois, no teatro, não ter a consonância, não ter a capacidade de resposta relativamente a quem tem por incumbência levar à prática o cumprimento desses mesmos programas, desses mesmos objectivos e dessas mesmas políticas. Daí que, havendo incompatibilidade, não podemos, com certeza, abdicar de ter possibilidade de sermos responsáveis pela nossa responsabilidade.

Portanto, o figurino, tendencialmente, terá muito mais a ver com o cumprimento integral desta concretização da responsabilidade do que com formas apriorísticas de gestão. Assim, repito, aqui é a prática que vai ser a *mater de todas as teorias*.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente (João Amaral). — Visto não haver mais inscrições para pedir esclarecimentos, tem a palavra, para exercer o direito regimental da defesa da honra pessoal, o Sr. Deputado João Rui de Almeida

O Sr. João Rui de Almeida (PS). — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Paulo Mendo rotulou o projecto de lei do PS, apresentado nesta Assembleia, de suicida. Os senhores é que foram suicidas na política que desenvolveram ao longo de todos estes anos na área da saúde.

O projecto de lei do PS aparece como uma necessidade de dar resposta a uma situação que se prolongava já há anos, a de uma despudorada partidarização dos órgãos de gestão dos hospitais, transformando os hospitais em lugares onde o «cartão laranja» era condição *sine qua non* para se ser gestor de um hospital, onde se vivia um ambiente de alguma dificuldade, de uma certa exigência quase também de inscrição no partido que na altura defendia o Governo.

Portanto, o PS fez uma proposta no sentido de despartidarizar estes órgãos de gestão. E, como o Sr. Deputado Paulo Mendo certamente se lembrará, tinha duas questões fundamentais: uma, era a forma de organização dos hospitais, que punha a hipótese de haver concursos públicos para o preenchimento do cargo de administrador hospitalar, que não é só em Portugal que existe, existe também noutras países — o Sr. Deputado Paulo Mendo saberá certamente da experiência de Espanha e de outros países —, e, outra, também a eleição no caso de órgãos clínicos, director clínico e director de enfermagem. Logo, tinha como mensagem fundamental a despartidarização dos órgãos de gestão dos hospitais.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendo

O Sr. Paulo Mendo (PSD): — Sr Presidente, Sr. Deputado João Rui de Almeida, fico satisfeito por verificar que não ofendi ninguém e que a sua intervenção foi uma mera resposta de discordância, o que é natural, por aquilo que eu disse.

Quando considero o projecto de lei suicidário não é de modo algum pelo facto de haver três artigos, em relação aos quais discordo, que apontavam o concurso público para preenchimento de lugares mas, sim, pela globalidade do projecto de lei que, como sabe, entregava a administração hospitalar ao conselho geral, feito por uma amalgama de representantes, perfeitamente heteróclito e presidiado pelo presidente da câmara, sem se saber quem e como eram financiados e com uma autonomia total durante o período de cinco anos.

Em resumo, tudo aquilo que era o programa político, que acabamos agora de ouvir por parte do Sr. Secretário de Estado, seria, por aquela lei, totalmente posto em causa. Nesse sentido, era suicidário do que é que deve ser um serviço público, e é nesse sentido que considero que aquela lei, em muito boa hora, passou à história.

Por isso, não era minha intenção estar a detender o passado...

Não sei se terei ainda mais algum tempo

O Sr. Presidente (João Amaral): — O Sr. Deputado dispõe de 3 minutos, pelo que ainda tem algum tempo

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Considero que a expressão «governamentalização de um órgão público» está envolvida num mito, de que, como sabe, e já o disse publicamente na Comissão, discordo por

considerar que o Governo é naturalmente a fonte do poder legítimo e a única instituição que se faz julgar periodicamente pelo cidadão. Se cometemos erros, fomos julgados. Não repitam os mesmos erros e, para modificar a situação, não «dêem o banho à criança e atirem fora a criança e a água do banho»!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente (João Amaral): — Srs. Deputados, vamos passar à pergunta sobre as dúvidas das Administrações Regionais de Saúde aos bombeiros, que também será respondida pelo Sr. Secretário de Estado da Saúde.

Para formular a pergunta, em nome do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado Rodeia Machado.

O Sr. Rodeia Machado (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Saúde: Os bombeiros voluntários praticam desde há 600 anos, aproximadamente, uma acção de solidariedade social que é amplamente reconhecida por todos, sendo certo que comprehende várias vertentes, desde a do socorristismo confiada a bombeiros, passando pela relacionada com incêndios, até à do transporte de doentes em ambulância.

Por outro lado, é um dado adquirido que o suporte jurídico de cerca de 430 corpos de bombeiros é o associativismo, mais concretamente, a existência de associações humanitárias, que são, por sua vez, suportadas por mais de um milhão de associados e seus familiares que para elas contribuem financeiramente de uma forma pouco onerosa porque o valor das respectivas quotas é baixo.

Não menos importante, se não mesmo fundamental, é a componente do voluntariado que com cerca de 40 000 homens e mulheres prestam uma actividade solidária ao serviço das comunidades onde se encontram inscritos.

As associações humanitárias e as suas direcções democraticamente eleitas desenvolvem uma acção reconhecidamente importante mas lutam com dificuldades acrescidas para pagarem a fornecedores e manterem de pé toda uma estrutura que preste um serviço de qualidade às populações que dele necessitam. E os bombeiros querem continuar a prestar um serviço de qualidade na área de transporte de doentes em ambulância. Mas como é possível continuar a prestar esse serviço quando faltam verbas para manter o equipamento e pagar os combustíveis?

As dúvidas dos hospitais e das Administrações Regionais de Saúde são cada vez mais elevadas, contribuindo decisivamente para o estrangulamento financeiro das associações de bombeiros voluntários.

Como é possível que o Estado deva aos bombeiros, pelos serviços prestados no transporte de doentes, cerca de 800 000 contos, Sr. Secretário de Estado, em claro incumprimento do acordo estabelecido entre o Ministério da Saúde e a Liga dos Bombeiros Portugueses?

Só na área da Federação de Bombeiros do Distrito de Lisboa as dúvidas ascendem a quase 55 000 contos. Mas o mais caricato é que, neste momento, está a pagar-se facturação relativa ao ano de 1996, continuando ainda em dúvida parte do mês de Outubro de 1995 e retroactivos desse mesmo ano.

Face a esta situação, que classifico de dramática, existem hoje algumas ditecções que ameaçam demitir-se se o problema não for resolvido com urgência.

Nesse sentido, coloco ao Sr. Secretário de Estado algumas questões que gostaria de ver esclarecidas: está ou não o seu Ministério a trabalhar no sentido de serem resolvi-

dos, com urgência, os pagamentos atrasados no montante de 800 000 contos, os quais serão recebidos com meses e meses de atraso?

Está o Governo a criar ou não mecanismos indispensáveis para que, no futuro, tais situações não voltem a acontecer?

Por outro lado, está ou não disponível o Ministério da Saúde para rever o acordo que vigora desde 1985 e que se encontra desde há muito desactualizado?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Saúde.

O Sr. Secretário de Estado da Saúde: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rodeia Machado, se me fosse permitido, começaria por fazer uma homenagem pública ao trabalho que os bombeiros têm executado em colaboração com o Ministério da Saúde, não para dizer mais uma frase bonita que certamente será recebida com agrado mas por tratar-se de uma realidade. Tem havido uma boa colaboração e vou fazer todo o esforço para que seja cada vez maior, mais aperfeiçoada e profícua entre os nossos serviços de emergência médica e a prestação de serviços das diferentes corporações de bombeiros. Trata-se, portanto, de uma colaboração inestimável, o que gosta de deixar aqui registado.

Contudo, há problemas no âmbito desta colaboração, os quais estão sobretudo relacionados com as questões financeiras que acabaram de ser referidas. Os problemas relativos aos bombeiros inserem-se, pois, nos de tipo financeiro mais alargado que não tem sido fácil resolver como no caso vertente tem acontecido.

Quanto às questões formuladas pelo Sr. Deputado Rodeia Machado, aconteceu num passado recente que algumas das corporações de bombeiros viram liquidados, portanto, regularizados, encargos de 1996 e não de 1995, o que poderia parecer estranho, mas a razão de tal facto é muito simples pois, relativamente às dúvidas de 1995, foi aprovada pelo Parlamento a atribuição de uma verba específica relativa a encargos de exercícios anteriores que se destinava precisamente a regularizar esse tipo de situações. Foram, pois, dadas instruções aos nossos organismos pagadores no sentido de não regularizarem essas dúvidas porque o seriam aquando da disponibilização dos 35 milhões de contos conseguidos em sede orçamental pelo que, com as verbas correntes, passariam a pagar as dúvidas do ano em curso.

É natural que, para quem é credor, é indiferente receber Novembro ou Janeiro, desde que o montante seja equivalente e foi esse tipo de situações que tentámos salvaguardar.

Relativamente ao futuro, posso dizer que, como o sistema, globalmente, em termos financeiros, continua desequilibrado, à partida, não é possível dar garantias de que situações anteriores não poderão vir a repetir-se em maior ou menor grau.

Naturalmente que é minha intenção, e já comecei a fazê-lo relativamente a outros prestadores de serviços, conseguir um mecanismo financeiro que permita, dentro de determinados limites, não repercutir em terceiros prestadores de serviços as insuficiências orçamentais de ponta que o Ministério da Saúde eventualmente venha a sofrer. Trata-se de um mecanismo que fará apelo a um intermediário financeiro, que amortecerá estes choques em

termos de verbas de ponta, e que permitirá, no quadro de uma estrita regularização, atribuir verbas devidas a todos aqueles que fazem contratos de prestação de serviços com o Ministério da Saúde — inclusive, bombeiros, caso venham a acordar connosco nesse sentido — a fim de regularizar em termos sistemáticos o seu passivo para com o Ministério da Saúde.

É todo um trabalho que estamos a desenvolver nesta altura e que esperamos rapidamente levar a bom termo, findo o qual, relativamente a terceiros prestadores que connosco acertarem este tipo de colaboração financeira, desaparecerá a dificuldade hoje existente de não saberem a que prazo é feito um determinado pagamento. É tudo o que podemos fazer relativamente aos prestadores de serviços e creio que um quadro financeiro estabilizado nos termos que acabo de referir será suficiente.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Inscreram-se, para pedir esclarecimentos adicionais, os Srs. Deputados Rodeia Machado, Agostinho Moleiro, Maria José Nogueira Pinto, Fernando Pedro Moutinho e António Martinho.

Em tempo não superior a 2 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Rodeia Machado.

O Sr. Rodeia Machado (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Saúde, muito justamente, os bombeiros são credores das homenagens que se lhes prestam e o Sr. Secretário de Estado fez o favor, creio que sinceramente, de o fazer. De qualquer forma, não são apenas credores de simpatia e de homenagens mas de dúvidas da responsabilidade do seu Ministério.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Ora, queremos saber, fundamentalmente, quando é que o Estado pretende pagar aos bombeiros. Esta é uma pergunta real a que o Sr. Secretário de Estado não pôde ou não quis responder.

É inadmissível que, neste momento, estejam a pagar-se aos bombeiros na área de Lisboa, como disse, dúvidas de 1996 e que, em relação a Outubro de 1995, apenas tenha sido paga 31 % da facturação respectiva quando já vão vencidos quase oito meses.

Verifica-se que, pelo facto de o Governo não ter feito o pagamento dessas dúvidas, ocorrem situações extremamente gravosas de estrangulamento financeiro das associações e basta notar que os bombeiros têm de pagar atempadamente o gasóleo, as despesas com viaturas e com pessoal.

Não compreendemos que o Governo ainda não saiba — sendo certo que o Estado é uma pessoa de bem — quando vai pagar aos bombeiros. Sabemos que existe essa dúvida e o Estado também tem de saber quando a pagará.

Supúnhamos, pelo despacho conjunto de 10 de Abril, a que o Sr. Secretário de Estado se referiu, que as dúvidas retroactivas iriam ser pagas através da disponibilização da verba de 35 milhões de contos, o que, não tendo acontecido, está a criar, como disse, dificuldades financeiras acrescidas.

Em concreto, Sr. Secretário de Estado, para quando a regularização efectiva, o pagamento, das dúvidas aos bombeiros? Era essa questão, concretamente, que gostava que o Sr. Secretário de Estado esclarecesse.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente (João Amaral): — Tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Moleiro. Dispõe de 1 minuto.

O Sr. Agostinho Moleiro (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Saúde, sou Deputado da Nação, mas pelo facto de ter sido eleito pelo círculo eleitoral de Beja gostava de saber se as dúvidas aos bombeiros do hospital da sub-região de saúde de Beja estavam incluídas nas preocupações do Sr. Deputado Rodeia Machado.

É que o Hospital Distrital de Beja, neste momento, não tem dúvidas para com a associação de bombeiros e as dúvidas da sub-região de saúde de Beja remontam a Fevereiro deste ano, registando, portanto, um atraso de quatro meses. Para além disso, o atraso das dúvidas que, anteriormente, era de seis a nove meses é neste momento de 90 a 120 dias.

O Sr. Rodeia Machado (PCP): — Isso foi uma pergunta ou uma resposta?

O Sr. Presidente (João Amaral): — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria José Nogueira Pinto.

A Sr.ª Maria José Nogueira Pinto (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Saúde, na segunda-feira, estive em trabalho de círculo nos Bombeiros da Amadora, entidade a que o Ministério da Saúde deve 12 000 contos, verba que, no seu orçamento, é significativa, pelo que também gostaria de saber para quando o seu pagamento.

Por outro lado, pergunto se consta dos projectos do Ministério da Saúde uma articulação conveniente entre o INEM e os bombeiros, quer a nível de ambulâncias medicalizadas, que são poucas, quer a nível da formação do pessoal.

Finalmente, há ou não o propósito de racionalizar os transportes em ambulância, sobretudo na área do ambulatório, que, como todos sabemos, não estão racionalizados e, eventualmente, até podem ser geradores de uma dúvida que, ao fim e ao cabo, não se justificará em termos do Serviço Nacional de Saúde?

O Sr. Presidente (João Amaral): — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho.

O Sr. Fernando Pedro Moutinho (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Saúde, em relação à pergunta formulada pelo Deputado Rodeia Machado, tenho de reconhecer que o Sr. Secretário de Estado não conseguiu responder ao essencial. Ou seja, há dúvidas do Ministério da Saúde para com o corpo dos bombeiros, a determinado momento foi pretensão do Governo encurtar substancialmente os respectivos prazos de pagamento, mas verifica-se que tal não está a acontecer.

Há situações do passado, nomeadamente as dúvidas referentes ao mês de Outubro de 1995, extremamente pertinentes. Diz o Sr. Secretário de Estado que não interessa que mês é pago, mas também temos de reconhecer que, estando ainda por saldar as dúvidas relativas a esse mês, ainda há muito por fazer relativamente à recuperação do atraso das dúvidas do Ministério da Saúde aos bombeiros.

Importa, pois, saber que garantias pode o Governo dar de que encortará substancialmente os prazos de pagamento, sobretudo das dúvidas deste ano, o que era importante esclarecer neste momento nesta Assembleia.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Finalmente, tem a palavra o Sr. Deputado António Martinho.

O Sr. António Martinho (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Saúde, a minha questão tem a ver com a situação referida mas numa vertente algo diferente. Quando precisa de transportar um doente, o cidadão recorre aos bombeiros; quando há um incêndio, seja num centro de saúde seja num hospital, recorre-se aos bombeiros. Porém, acontece que há uma disposição legal segundo a qual os hospitais devem abrir concurso para o transporte de doentes, pelo que, a par dos bombeiros, as empresas privadas podem concorrer, sendo a decisão final tomada de acordo com os critérios estabelecidos se bem que, em situações de igual preço, pode este transporte ser atribuído à empresa privada por força de outros condicionalismos.

Sr. Secretário de Estado, de facto, os bombeiros prestam um serviço público, são associações humanitárias, mas recebem uma contrapartida monetária por esse transporte, o que lhes permite ter um condutor apto a transportar qualquer doente quando o cidadão recorre aos seus serviços. Caso essa contrapartida deixe de ser paga, como tem sido até agora, pode acontecer que o condutor da ambulância tenha de ser despedido por os bombeiros não terem dinheiro para pagar-lhe a disponibilidade de actuar em caso de emergência.

Tem o Ministério presente esta situação com vista a, nos próprios concursos, ultrapassá-la com uma cláusula que facilite a admissão de bombeiros?

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Saúde.

O Sr. Secretário de Estado da Saúde: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começando pela questão das dúvidas, devo dizer que, de facto, a situação era relativamente penosa antes de podermos dispor da verba acrescida que nos foi facultada pelo Orçamento do Estado, o que aconteceu em cerca de 20 de Maio último. Nessa altura, foram tomadas medidas rigorosas no sentido de serem pagas as dúvidas seguindo critérios de antiguidade. Assim, conseguimos pagar praticamente tudo o que era relativo a 1995, restando, no entanto, algumas dúvidas a nível de algumas ARS que não foi possível liquidar.

Esta é uma situação que certamente vamos regularizar o mais urgentemente possível porque uma dúvida datada de Outubro de 1995 que ainda remanesça em finais de Junho de 1996 é algo que não faz sentido nenhum.

Estamos todo de acordo quanto a isto só que, dada a escassez de recursos financeiros e a exigibilidade das dúvidas perante múltiplos fornecedores, como calcularão, tem de ser feito algum rateio. Passada a primeira afectação de verbas às dúvidas atrasadas, agora, numa segunda análise da situação, certamente que estes casos que ainda restam não vão ser esquecidos. Esta é uma promessa que vos faço e que assumo.

Relativamente às outras questões que foram colocadas, devo dizer que, à excepção dos casos anómicos do passado que ficaram por liquidar, o prazo de pagamento médio das facturas em dúvida ronda quatro ou cinco meses, aproximando-se, portanto, de uma situação que pode considerar-se quase normalizada.

É óbvio que não posso garantir que, ao longo de todo o ano, esta situação possa manter-se e muito menos melhorar pois não disponho de dados financeiros que me

permitam validar uma afirmação desse género. No entanto, o que posso fazer, e repito, é tentar a concretização de um protocolo financeiro com os bombeiros que permita minimizar a incerteza quanto aos prazos de pagamento. É que se alguém puder contar com o quadro de referência de prazos de pagamentos que lhe assegure que, ao fim de alguns meses, de certeza receberá a verba correspondente às dúvidas que têm para consigo, certamente que será em comparação com uma outra situação em que tanto possa vir a receber mais cedo como mais tarde. Portanto, o que podemos fazer nesta altura, e com certeza vamos fazê-lo, é tentar estabilizar o quadro financeiro relativamente aos diversos prestadores de serviços, bombeiros inclusive.

Quanto ao caso dos Bombeiros da Amadora, também se insere no quadro geral de regularização dos débitos a nível de todas as corporações de bombeiros e, portanto, o que houver a fazer sé-lo-á também dentro deste quadro de referência.

Em termos da articulação entre o INEM e o serviço de bombeiros, devo dizer que vai ter de ser feita de forma cada vez mais racionalizada e articulada. Concretamente, dentro de poucos dias — e aproveito para fazer aqui o anúncio —, vamos ter oportunidade de distribuir 20 novas viaturas para transporte de doentes em situações de emergência, o que vai constituir um esforço de investimento e de reorganização que será continuado. Portanto, ao longo deste ano, vamos realizar mais investimentos, o que, perante um parque de transportes mais actualizado, vai permitir-nos poder ser mais exigentes em termos de qualidade e imprimir maior racionalização à prestação de serviços.

Isto não significa — e respondo à última questão que foi colocada — que vamos considerar os bombeiros em situação de privilégio relativamente aos concursos que vieram a ser abertos para o transporte de doentes. É claro que, em condições de igualdade de fornecimento, temos de ter um mínimo de atenção para com os que colaboraram connosco nas piores alturas — e, por vezes, fizeram-no em condições muito difíceis —, mas todos entenderão que a nossa procura de racionalização passa também pela busca sistemática de recursos menos onerosos em resposta a determinado tipo de situações.

Sei que é um pouco duro o que estou a dizer mas não poderá ser de outra maneira...

O Sr. Rodeia Machado (PCP): — Olhe que os privados não dão a qualidade que dão os bombeiros!

O Orador: — Não, peço desculpa!

Como dizia, de facto, temos de dar condições aos bombeiros para que possam concorrer em termos de qualidade e de custo baixo. Vamos ajudá-los em tudo o que for necessário para que obtenham essa qualidade e fiquem em condições de concorrer com os prestadores privados. Assim, estou convencido de que os bombeiros vão ser capazes de concorrer com os operadores privados, relativamente a um conjunto de serviços que já têm sido capazes de prestar com qualidade ao longo dos últimos anos.

Portanto, no que diz respeito ao futuro da prestação deste tipo de serviços, não me parece que vá ser um grande drama porque estou perfeitamente convicto de que as corporações de bombeiros vão ter capacidade concorrencial, e forte, em relação aos operadores privados.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Srs. Deputados passamos à última pergunta ao Governo agendada para

hoje, formulada pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, sobre qual o montante efectivamente previsto de apoio da Comissão Europeia à realização da Expo 98, se existem garantias da sua efectivação e quais as eventuais consequências práticas da sua não concessão. A pergunta será respondida pelo Sr. Ministro da Presidência e, para formulá-la, tem a palavra a Sr.ª Deputada Manuela Moura Guedes, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.ª Manuela Moura Guedes (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, como sabe, o Partido Popular tem levantado várias questões sobre a Expo 98, e hoje aqui estamos mais uma vez atentos à evolução de todo o projecto.

Foi nesse sentido participativo e interessado, como deve ser o de um grupo parlamentar, que, há cerca de mês e meio, formulámos uma questão ao Governo e, hoje, temos o prazer de ver que, ao fim deste tempo todo, o Sr. Ministro acede finalmente a responder à questão que se prende com uma das muitas preocupações do Partido Popular relativamente à Expo 98.

É precisamente esta semana que há razões para termos preocupações acrescidas nesta matéria pois, finalmente, foram divulgadas as contas da Expo 92 pelo Tribunal de Contas espanhol. Concluímos que, ao contrário do que tinha sido anunciado oficialmente, afinal, os resultados não foram de lucros no valor de cerca de 24 milhões de contos mas houve um défice de cerca de 54 milhões de contos.

Há, de facto, motivo para estarmos preocupados porque as razões para este défice são exactamente as mesmas que nos levam a ter preocupações relativamente à Expo 98. Ou seja, houve uma subavaliação dos custos e uma sobrevalorização das receitas. Isto sem entrar nas questões concretas sobre as quais já lhe demos conhecimento de que estamos preocupados. Esperamos sinceramente que este mau exemplo vindo do governo socialista espanhol não tenha reflexos em Portugal e não se repita por cá com a Expo 98.

Recordo-lhe, Sr. Ministro, que, em tempo oportuno, o senhor deu o seu inequívoco apoio e confiança à Expo 98, que, a partir desse momento, o projecto passou a ser da sua confiança e que o Governo está em perfeita sintonia com todo ele. O senhor aceitou por boas as contas do Comissário Cardoso e Cunha, que nos dão todas as garantias de que a Expo 98 não vai custar nem um tostão ao bolso do contribuinte. Esperamos e desejamos que assim seja e como o Sr. Comissário Cardoso e Cunha apenas pediu que o deixassem trabalhar, ficamos a aguardar. No entanto, não podemos deixar de mostrar preocupação por algumas notícias vindas a público na comunicação social, para as quais não conhecemos respostas.

Hoje, a menos de dois anos da realização da Expo 98, esperamos que o Governo já tenha uma resposta relativamente à polémica surgida com base em declarações do Comissário Ortega, responsável pela Direcção-Geral afecta às feiras e exposições, segundo o qual o Governo português e o próprio Comissário João de Deus Pinheiro não estariam interessados na participação da Comissão Europeia na Expo 98. Ora, reconhecemos a importância da participação da Comissão Europeia na Expo 98 e do financiamento ligado a essa mesma participação no valor de 10 milhões de ecus — cerca de 1,8 milhões de contos — e estranhamos muito que aquelas notícias tenham vindo a público, pelo que tenho algumas perguntas concretas para colocar-lhe.

São ou não verdade as notícias veiculadas que dão conhecimento da falta de interesse por parte do Governo português sobre a presença da Comunidade Europeia na Expo 98? Quais foram as medidas tomadas pelo Governo relativamente a essa matéria durante o mês e meio que já decorreu após as notícias saídas na comunicação social? Está ou não garantido o financiamento do pavilhão da Comunidade Europeia na Expo 98?

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Presidência.

O Sr. Ministro da Presidência (António Vitorino): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Manuela Moura Guedes, naturalmente que as razões pelas quais V. Ex.º entendeu dever persistir na pergunta sobre a Expo 98 só não foram anteriormente atendidas pelo Governo por manifestas dificuldades de agenda. Nem sequer me parece que daí deva inferir-se qualquer ilação política, a não ser a vantagem de que, com este atraso no tempo, o Governo permitiu que a Sr.ª Deputada Manuela Moura Guedes tenha feito juntar à questão que tinha preparado os resultados finais da Exposição Internacional de Sevilha de 1992. Portanto, se a Expo 92 deu prejuízo, pelo menos V. Ex.º é já beneficiária líquida do atraso na resposta, na medida em que pode acrescentar essa referência circunstancial.

De todo o modo, e para afastar qualquer paralelismo, devo dizer que a lógica da engenharia financeira da Expo 92 de Sevilha não tem comparação com a lógica do projecto da Expo 98.

Quanto à pergunta concreta que V. Ex.º formulou, gostaria de dizer-lhe que o regulamento do *bureau* internacional de exposições impõe que o país organizador das exposições mundiais coloque à disposição dos países participantes um espaço para exposição em termos gratuitos. Contudo, relativamente à representação da União Europeia, dada a importância e o significado desta organização internacional, existiu desde o início a preocupação de que viesse a ter um pavilhão próprio, o que, na Expo 98, apenas acontecerá também com o pavilhão da representação de Portugal, país organizador. Todas as outras representações nacionais de países e/ou organismos internacionais serão implantadas no pavilhão de exposição da área internacional — no que será a futura FIL — ou na área internacional efémera.

Algumas notícias que vieram a público sobre a participação da União Europeia não têm, assim, a ver com qualquer hesitação ou qualquer dúvida por parte da Comissão Europeia em fazer representar a União na Expo 98, têm, sim, a ver com as especificidades da modalidade de participação, isto é, o tipo de pavilhão, o projecto do pavilhão e a responsabilidade interna à Comissão, de entre as várias direcções-gerais, pela liderança do projecto de representação da União Europeia. Daí que possa dizer-lhe que, neste momento, esta situação esteja completamente ultrapassada, após contactos efectuados pelo Sr. Comissário Cardoso e Cunha e pelo Sr. Primeiro-Ministro, por duas vezes, junto do Presidente da Comissão, Jacques Santer. As iniciativas do Sr. Primeiro-Ministro desmentem completamente qualquer possibilidade de haver desinteresse da parte do Governo português na participação da União Europeia na Expo 98.

Neste momento, fazendo o ponto da situação, posso dizer-lhe que, segundo informações veiculadas pelo Presi-

dente da Comissão Europeia na sua recente deslocação a Lisboa, no dia 13 de Junho, através da Direcção-Geral X — Informação e Cultura, da Comissão Europeia, está já prevista a inscrição orçamental de 5 milhões de ecus relativa à participação da União Europeia na Exposição Internacional de Lisboa de 1998. Prosseguem, contudo, diligências junto de outras direcções-gerais da Comissão Europeia para acrescentar àquele montante outras verbas que venham a constituir o suporte dos conteúdos e da divulgação de diferentes actividades de outras direcções-gerais, igualmente interessadas na temática sobre que versa a Expo 98, designadamente a Direcção-Geral do Ambiente, a Direcção-Geral das Pescas, a Direcção-Geral da Ciência e Investigação e a Direcção-Geral do Desenvolvimento.

Entretanto — também eu afiguro alguma vantagem com o atraso na resposta —, o Banco Europeu de Investimentos e o próprio Parlamento Europeu também manifestaram interesse em associar-se à representação da Comissão Europeia no pavilhão da União Europeia e procederão à inscrição de verbas próprias nos respectivos orçamentos, a acrescentar àquela verba inicial a que fiz referência. Daí que me pareça que, em face destas informações, seja da menor expectativa aguardar que haja uma representação condigna da União Europeia face à natureza, ao alcance e ao relevo de encontro de povos e de culturas que o projecto da Expo 98 representa para Portugal e para a União Europeia.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos adicionais, os Srs. Deputados Jorge Rato, Fernando Pedro Moutinho e Carlos Encarnação.

Tem a palavra, no tempo regimental de 1 minuto, o Sr. Deputado Jorge Rato.

O Sr. Jorge Rato (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputados, assistimos hoje de novo, por parte do PP e da Sr.ª Deputada Manuela Moura Guedes, a um novo ataque à Expo 98.

A Sr.ª Manuela Moura Guedes (CDS-PP): — Um ataque?

O Orador: — E a questão que se coloca é a de saber se, no fundo, a posição sistemática de contestação da Expo 98 é uma posição da Sr.ª Deputada Manuela Moura Guedes ou do próprio PP.

Sr. Ministro, sistematicamente, tem sido dito que a Expo 98 está em derrapagem, várias vezes nas reuniões da Comissão Eventual para Análise e Acompanhamento da Realização da Expo 98 foi explicado que as verbas consignadas no plano da Expo eram a custos de 1995. A questão que se coloca, Sr. Ministro, para que fique definitivamente esclarecida esta matéria aqui, em Plenário, é no sentido de saber se é verdade ou não que todos os cálculos que constam do plano da Expo 98 são de facto a custos de 1995 e, portanto, têm de ser inflacionados, naturalmente, com o desenvolvimento da própria inflação ano a ano. É daí que decorrem as contas que a Deputada Manuela Moura Guedes faz, para depois vir dizer que a Expo vai ultrapassar os valores orçamentados.

O Sr. Presidente (João Amaral): — A Sr.ª Deputada Manuela Moura Guedes pediu a palavra para defesa da consideração, o que, nos termos regimentais, terá lugar no final dos pedidos de esclarecimentos e das respectivas respostas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho.

O Sr. Fernando Pedro Moutinho (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, sinteticamente, a minha pergunta reporta-se ao que foi colocado na agenda referente a este Plenário e tem a ver com a questão dos fundos comunitários em relação à Expo 98.

Recordemos que, por ocasião da negociação do II Quadro Comunitário de Apoio e do Plano de Desenvolvimento Regional, o Governo entendeu, já nessa ocasião, prever um programa específico que permitisse à Expo 98 ser candidata a financiamento comunitário numa escala que seria equilibrada relativamente ao conjunto de investimentos que o País pretendia fazer neste conjunto, nomeadamente na requalificação urbana.

Foi previsto, na estrutura da Expo 98, e tem sido divulgado dessa forma, que 8% dessa estrutura de despesa é correspondente a fundos comunitários, cerca de 20 milhões de contos.

O que quero perguntar é se estes 20 milhões de contos já estão todos assegurados por parte da Comissão Europeia e também por parte do Governo português relativamente à realização da Expo 98. Outra questão que gostaria de colocar, e que é importante e essencial para o sucesso da Expo 98, é a dos acessos a norte da cidade de Lisboa e que tem muito a ver, seguramente, com a questão e a resolução urgente da segunda fase da variante à Estrada Nacional 10.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Encarnação.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Presidência, quero fazer-lhe uma simples pergunta, mas, antes disso, dizer que o nosso grupo parlamentar apoia este grande projecto, porque entende que é de facto um grande projecto nacional e que, naturalmente, sobre ele algumas interrogações se poderão colocar, principalmente por se tratar de um projecto com verbas avultadas e com uma engenharia específica para a sua execução.

O que já compreendemos menos é que haja, em relação a este projecto da Expo 98, uma verdadeira sanha persecutória, uma permanente desconfiança, ou sobre as derrapagens financeiras, imaginadas, ou sobre o encobriamento dos prazos, ou sobre qualquer outra coisa, que, a qualquer momento, normalmente, se venha a colocar e a desenvolver.

Por último, pergunto-lhe, muito concretamente, se V. Ex.ª acha que, do ponto de vista político, há algum fundamento para esta verdadeira sanha persecutória em relação à Expo 98.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Presidência.

O Sr. Ministro da Presidência: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Rato, em relação à sua questão, já tive ocasião de esclarecer a Comissão Eventual para Análise e Acompanhamento da Realização da Expo 98 que os números que têm sido divulgados são calculados a preços de 1995 e, portanto, quanto à contabilidade final, haverá que proceder à necessária correcção decorrente da inflação entretanto verificada. Mas como o Governo está confiante quanto ao sucesso da política macroeconómica e

quanto à continua baixa da inflação, estou convicto que essa até será uma conta, afinal, bastante fácil de fazer; bastará multiplicar por um dígito — e dos pequeninos —, e a conta será fácil de obter.

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Deputado Fernando Pedro Moitinho, gostaria de dizer, em primeiro lugar, que não há nenhuma alteração à situação reportada por mim à Comissão Eventual para Análise e Acompanhamento da Realização da Expo 98 quanto ao acesso do projecto Expo aos fundos do II Quadro Comunitário de Apoio no que concerne ao programa de recuperação urbana, o que significa que está garantido o montante que, desde o início, estava previsto para afectação ao projecto.

Em relação ao problema das acessibilidades na zona norte do parque de exposições, existe de facto a questão da primeira fase da variante à Estrada Nacional 10, que tem de ser vista em duas vertentes distintas: uma, a vertente do impacte ambiental e, outra, a vertente da construção de obras públicas.

Quanto à vertente da construção de obras públicas, entendemos que não há atraso e que existem todas as condições para que ela possa estar concluída a tempo da realização da exposição; quanto à questão do impacte ambiental prosseguem as negociações com a Comissão Europeia sobre as implicações ambientais do projecto. Essas negociações ainda não se tornaram conclusivas, isso não teve ainda reflexos no que diz respeito ao ritmo das obras, mas é, naturalmente, um *dossier* que o Governo acompanha com toda a atenção, que tem apoiado as iniciativas da própria Expo 98 e tem tomado iniciativas próprias no sentido de demonstrar que não há qualquer agressão ambiental decorrente do projecto da variante à Estrada Nacional 10, que é um projecto fundamental para garantir a acessibilidade pela zona norte ao parque de exposições.

Em relação à questão de filosofia política que o Sr. Deputado Carlos Encarnação coiogou, naturalmente, nós, em Portugal, por força da nossa estrutura cultural, temos sempre uma forte influência da escola francesa, somos todos, de uma maneira ou doutra, cartesianos; encaramos todos a vida, de uma maneira ou de outra, com a chamada «dúvida metódica». A dúvida metódica pode ser resolvida de várias maneiras. Eu costumo fazer apelo a uma frase do Gramsci: «tenho perante estas situações o pessimismo da inteligência e o optimismo da vontade». Há quem se positione de maneira diferente, há quem comece por ter o pessimismo da vontade e depois use a inteligência para optimizar o pessimismo da vontade.

Eu entendo que a boa aproximação a estes problemas é a que Gramsci definia: pessimismo na inteligência, portanto, esquadrinhar os projectos à exaustão, instituir os mecanismos necessários para o seu bom sucesso, a partir daí usar o optimismo da vontade.

Neste caso, a Comissão Europeia tem sobre todos nós uma enorme vantagem, é que a Comissão Europeia não está sujeita aos critérios de convergência de Maastricht nos financiamentos que faz.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para exercer o direito de defesa da consideração, tem a palavra a Sr.ª Deputada Manuela Moura Guedes.

A Sr.ª Manuela Moura Guedes (CDS-PP): — Sr. Presidente, depois das palavras do Sr. Deputado Carlos Encarnação, sobre a sanha persecutória, que, suponho, me era dirigida, mais razão me dá para achar que não estamos frente à Expo 98 mas ao «bloco central 98».

Quanto ao Sr. Deputado Jorge Rato, tenho a esclarecer-lhe que não fiz nem faço ataques; ponho dúvidas, tento esclarecer questões sobre as quais acho que há perfeita legitimidade por parte do PP para o fazer, nomeadamente quando há casos concretos na história recente portuguesa que nos levam a ter grandes dúvidas sobre a avaliação que se faz dos custos e das receitas relativamente a grandes projectos nacionais. E lembro, designadamente, o que aconteceu com o Centro Cultural de Belém e com a Caixa Geral de Depósitos, porque, no final, quem paga é o contribuinte. Daí que tenhamos toda a legitimidade para ir pondo questões e dúvidas, mas, por favor, não lhe chame ataques.

Quanto a saber se esta é a posição da bancada ou se é a minha posição pessoal, pois elas são coincidentes. Devo, aliás, esclarecer-l-o, se não sabe, que sou a representante do Partido Popular na Comissão Eventual para Análise e Acompanhamento da Realização da Expo 98. Espero que, agora, o senhor fique esclarecido e não volte a pôr a colocar a dúvida se esta é ou não a posição do Partido Popular.

Além disso, devo também esclarecer, porque os senhores querem confundir um pouco a opinião pública, de que o Partido Popular não está contra a Expo 98. Desejamos até que haja grandes projectos nacionais que possam vender a imagem, e bem, de Portugal. Agora, o que temos é todo o direito — e volto a frisar, mais uma vez — de acompanhar a evolução deste projecto, uma vez que utiliza capitais públicos, e saber se será ou não o contribuinte a pagá-lo.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Rato.

O Sr. Jorge Rato (PS): — Sr. Presidente, Sr.º Deputada, o projecto da Expo 98 é um projecto nacional e de grande importância para Lisboa. Ouvir o Sr. Deputado Nuno Abecasis falar sobre isto noutras instâncias e ouvir falar a Sr.ª Deputada Manuela Moura Guedes faz depreender que existem de facto diferenças entre uns e outros.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — É a democracia!

O Orador: — E a propósito daquilo que disse das experiências do passado, Sr.º Deputada, se um casal desavindo não se voltasse a casar depois do divórcio com receio de que acontecesse no segundo o mesmo que no primeiro, mal estaria o mundo se essa fosse a realidade! Mas parece que foi isso que a Sr.ª Deputada estava a querer transmitir quando disse que correu mal em relação ao Centro Cultural de Belém, o que também terá necessariamente de correr quanto à Expo 98.

Para terminar, quero dizer-lhe uma coisa: é que a Sr.ª Deputada Manuela Moura Guedes tem uma experiência de comunicação social que faria subentender que tivesse o conhecimento, a experiência e a vontade suficiente para, nas suas intervenções, conseguir transmitir aquilo que efectivamente sente em relação à Expo 98, que, pelo que disse agora, se trata de dúvidas, interrogações, vontade de querer ser esclarecida. Ora, aquilo a que todos nós temos assistido nas reuniões da comissão relativa à Expo 98 não é isso. Sr.º Deputada, é — perdoe-me que lhe diga — a intervenções extraordinariamente arrogantes da sua parte que, para quem a ouça, parece que elegera como inimigo principal a Expo 98.

2888

Vozes de PS: — Muito bem!

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação, se V. Ex.^a me der licença.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Tem a palavra, dentro dos limites conhecidos.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Sr. Presidente, a minha interpelação é só para dizer que todos nós aqui, na Assembleia da República, estivemos de acordo com a institucionalização de mecanismos de controlo adicionais à Expo 98. V. Ex.^a com toda a certeza se lembra disso. Sr. Presidente.

De maneira que tudo aquilo que seja utilizar a dúvida metódica no sentido cartesiano ou utilizar o pensamento de Gramsci em relação a esta exposição, a este grande desiderato nacional, com toda a certeza que nos unia a todos, não propriamente como num bloco central mas como uma coisa mais complicada e alargada, que é pôr Gramsci a unir-nos a todos, inclusivamente o PP.

De forma que eu, de maneira alguma, queria pôr em questão a actividade brilhante da Sr.^a Deputada Manuela Moura Guedes neste aspecto particular. A Sr.^a Deputada Manuela Moura Guedes é já verdadeiramente uma especialista da Expo 98. Eu não quero pôr isso em causa, porque na realidade é a sua missão histórica. Realiza-se aqui e acho muito bem que assim seja! De maneira alguma, o termo sanha persecutória que empreguei lhe foi dirigido. Gostaria de esclarecer isto, Sr. Presidente, para que não restem dúvidas.

O que eu entendo é que algumas correntes de opinião que se formam têm como objecto comum — não pode ser outra coisa — a Expo 98, o Comissário Cardoso e Cunha.

Penso que é altura de esses ataques, porque se tratam de ataques, cessarem.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Muito obrigado, Sr. Deputado Carlos Encarnação. A Mesa vai ponderar a sua interpelação e ver qual a resposta que poderá dar.

Risos.

Srs. Deputados, agradecendo a todos a forma como os trabalhos decorreram, resta-me informar que a próxima sessão plenária realiza-se terça-feira, dia 25 de Junho, com início às 15 horas, com as discussões, na generalidade, do projecto de lei n.º 170/VII — Abertura à iniciativa privada do sector das telecomunicações (PSD) e da proposta de lei n.º 37/VII — Altera a Lei n.º 69/78, de 3 de Novembro (Lei do Recenseamento Eleitoral) e o Decreto-Lei n.º 701-B/78, de 29 de Setembro (Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais), bem como a discussão da proposta de resolução n.º 8/VII — Aprova, para ratificação, a Convenção sobre a Proibição ou Limitação do Uso de Certas Armas Convencionais que Podem ser Consideradas

como Produzindo Efeitos Traumáticos Excessivos ou Fazendo Indiscriminadamente, assassinada em Nova Iorque, em 10 de Abril de 1981.

Está encerrada a sessão.

Eram 12 horas e 40 minutos.

Faziam à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

António de Almeida Santos.

Artur Rodrigues Pereira dos Penedos.

Carlos Manuel Luís.

Filipe Mesquita Vital.

Jorge Lacão Costa.

José Carlos das Dores Zorrinho.

Luis Pedro de Carvalho Martins.

Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro.

Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura.

Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge.

Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto.

Partido Social Democrata (PSD):

Álvaro dos Santos Amaro.

António de Carvalho Martins.

António Paulo Martins Pereira Coelho.

Carlos Manuel Duarte de Oliveira.

Carlos Miguel Maximiano de Almeida Coelho.

Fernando José Antunes Gomes Pereira.

José Álvaro Machado Pacheco Pereira.

José Carlos Pires Povoa.

José de Almeida Cesário.

José Luís Campos Vieira de Castro.

José Mendes Bota.

Luis Carlos David Nobre.

Luis Filipe Mendes Lopes.

Manuel Joaquim Barata Frexes.

Maria Fernanda Cardoso Correia da Mota Pinto.

Pedro Domingos de Souza e Holstein Carapilho.

Pedro José da Vinha Rodrigues Costa.

Rui Fernando da Silva Rio.

Sérgio André da Costa Vieira.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

Gonçalo Filipe Ribas Ribeiro da Costa.

Jorge Alexandre Silva Ferreira.

Maria Helena Pereira Nogueira Santo.

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues.

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.

José Fernando Araújo Calçada.

Ocávio Augusto Teixeira.

Ruben Luís Tristão de Carvalho e Silva.

**DIÁRIO
da Assembleia da República**

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

1 — Preço de pagina para venda avulso, 9\$00 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTE NÚMERO 216\$00 (IVA INCLUIDO 5%)

Toda a correspondência que relativa a anúncios e a assinaturas do *Diário da República* e do *Diário da Assembleia da República* deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Almada, 2 - 1009 Lisboa, Códice